



FINANGESTE
EMPRESA FINANCEIRA
DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO, S.A.

RELATÓRIO E CONTAS
DO EXERCÍCIO
DE 2009

Lisboa, Fevereiro, 2010

ÍNDICE

- I - MENSAGEM DO PRESIDENTE**
- II - RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**
 - Mercado do Crédito em Incumprimento em Portugal**
 - Aquisição e Recuperação de Crédito pela Finangeste**
 - Gestão Imobiliária**
 - Recursos Humanos**
 - Proveitos**
 - Custos**
 - Resultados do Exercício**
 - Balanço**
 - Síntese de Indicadores**
 - Proposta de Aplicação de Resultados**
 - Referências Finais**
 - Anexo ao Relatório de Gestão**
- III - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**
- IV - ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**
- V - RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS**
- VI - CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**
- VII - RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL**

I – MENSAGEM DO PRESIDENTE

I - MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2009 foi interpretado, pela Finangeste, como um novo ciclo da sua actividade, claramente orientado para as legítimas expectativas dos seus Accionistas.

O percurso da Empresa, nos últimos 30 anos, confirmou a validade do seu modelo de negócio, junto das Instituições Financeiras, baseado na aquisição e recuperação de créditos em incumprimento.

Este modelo evidencia vantagens e ganhos de rentabilidade para os vários intervenientes nacionais ligados à Empresa, concretamente: os nossos Clientes, que contam com a capacidade e credibilidade da Finangeste para a resolução da sua carteira de crédito em incumprimento, e os nossos Accionistas, pelo recebimento de dividendos como consequência dos resultados líquidos gerados.

A recente crise económica e financeira, que se verificou a nível global, teve fortes consequências também em Portugal, originando, por um lado, problemas específicos em determinadas instituições de crédito e, por outro lado, um aumento significativo do crédito em incumprimento.

Num passado recente, assistiu-se a uma degradação económica das empresas nacionais, visível no acentuado número de falências e numa elevada taxa de desemprego, reflectindo este, no Sector Imobiliário, uma inevitável redução da procura de habitação e um atraso nos pagamentos dos créditos bancários concedidos.

As perspectivas próximas futuras, do Sector do Imobiliário em Portugal, apontam ainda para a contenção das vendas de imóveis, a redução dos preços de venda e um acréscimo dos créditos em incumprimento, das empresas e dos particulares, junto dos Bancos.

Porém, esta situação, pode configurar uma oportunidade para a Finangeste, suscitando um relançamento da sua actividade no enquadramento actual da sua missão – Recuperação de Créditos, Gestão de Imóveis e Prestação de Serviços (Servicing).

Para tal, há que dar continuidade à dotação de meios, humanos e materiais (sistemas de ajuda à decisão), e ao estabelecimento de soluções participativas que criem valor, através de um funcionamento eficiente e eticamente irrepreensível.

No seu conjunto, a Empresa teve um comportamento positivo, nos diferentes domínios de intervenção, tendo o resultado líquido do exercício, no valor de 3,163 Milhões de Euros, superado em 14% o valor orçamentado.

A apreciação sintética, em termos do negócio desenvolvido, permite-nos salientar:

- Uma substancial recuperação de créditos no valor de 24,4 Milhões de Euros, superior em 66% ao orçamento do ano;
- Um volume de venda de imóveis convergente com o orçamento anual e que seria amplamente superior a este, se a materialização da sua venda mais importante não se tivesse realizado, por razões alheias à Empresa, com cerca de quarenta dias de atraso e como tal já em 2010;
- Um apoio qualificado e sempre presente da Área Jurídica em estreita ligação com a Gestão de Créditos e a Gestão de Imóveis.

No domínio da Recuperação de Créditos gostaríamos de salientar, com objectividade, que a gestão de imóveis – venda e valorização destes – consolidar-se-á como uma actividade, cada vez mais importante, na recuperação daqueles.

Por último, uma palavra de apreço e de reconhecimento aos nossos Colaboradores que demonstraram o seu profissionalismo e empenho, e aos nossos Accionistas pela confiança manifestada.

Aos nossos Fornecedores, Entidades Oficiais, Auditores e restantes Órgãos Sociais da Empresa igualmente o nosso reconhecimento pela disponibilidade e elevado espírito de colaboração que sempre manifestaram.



Joaquim Serrão da Silva Correia

II – RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

II - RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1 - Mercado do Crédito em Incumprimento em Portugal

O volume do crédito em incumprimento em Portugal tem apresentado um crescimento muito significativo nos últimos anos, correspondendo actualmente a cerca de 11 mil Milhões de Euros, ou seja, 3,3% da carteira do crédito total a Clientes.

As soluções de regularização deste tipo de créditos, implementadas pelos Bancos, são diferenciadas consoante as estratégias próprias de cada Banco. Estas soluções podem contemplar: modelos de recuperação através de estruturas próprias de cada Banco, a cedência dos créditos a outras entidades ou a contratação de prestação de serviços de recuperação com entidades externas.

Progressivamente, tem-se assistido a uma maior profissionalização desta actividade, dado que uma resolução satisfatória, em termos de recuperabilidade, passa pela intervenção de equipas pluridisciplinares, nas áreas financeira, imobiliária e jurídica, e pelo recurso a técnicas de recuperação diferenciadas em função do tipo de crédito (habitação, consumo ou empresas).

Durante os últimos anos, e neste domínio de recuperação de crédito, para além da Finangeste, têm operado em Portugal algumas entidades nacionais e várias entidades estrangeiras normalmente ligadas a Bancos de Investimento.

2 – Aquisição e Recuperação de Créditos pela Finangeste

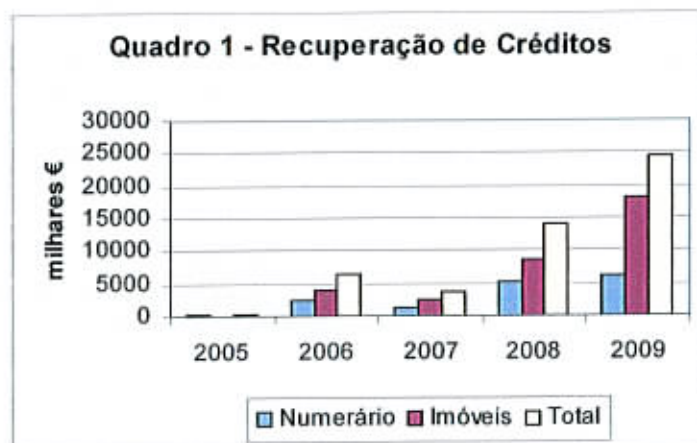
No exercício de 2009 a actividade desenvolvida pela Empresa relativamente à gestão da carteira de créditos vencidos, pautou-se pela permanente procura de soluções

negociadas com os devedores a par de uma optimização dos processos de recuperação de créditos.

Nesse sentido, foram introduzidos um conjunto de alterações processuais, que permitiram melhorar a coordenação, ao nível interno, entre as várias áreas envolvidas.

Em 2009 o nível de recuperação de créditos atingiu o valor global de 24.407 milhares de Euros, o que traduz um acréscimo de 75% face ao ano anterior. Do valor global recuperado, cerca de 74% (18.148 milhares de Euros) foi realizado através de imóveis, por dação em pagamento ou por aquisição no âmbito de processos judiciais, correspondendo os restantes 26% (6.259 milhares de Euros) a recebimentos em numerário.

A evolução da recuperação do crédito durante os últimos 5 anos poderá ser apreciada no quadro seguinte:

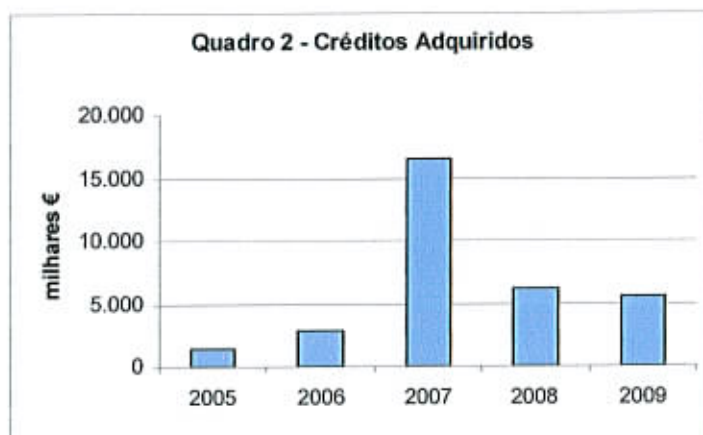


O volume de aquisição no exercício, a Bancos Portugueses, de novos créditos em incumprimento, correspondeu a 5.600 milhares de Euros.

Este valor foi condicionado, não pelas diversas oportunidades de aquisição de créditos junto dos vários Bancos Portugueses, mas sim, pelo impacto da respectiva constituição de provisões na Conta de Exploração em 2009 as quais correspondem a 68% do valor dos créditos adquiridos de acordo com a legislação actualmente em vigor.

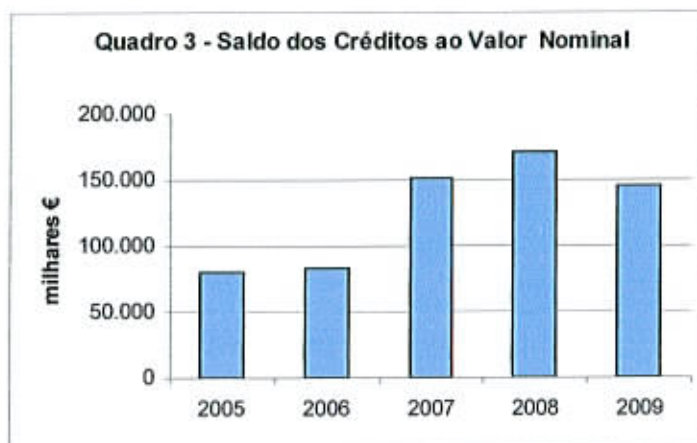
A dificuldade estrutural, que decorre da legislação aplicável, no respeitante à constituição de provisões, tem condicionado fortemente o crescimento da Empresa impedindo-a de aproveitar as oportunidades de mercado e de alavancar a expressiva dimensão dos seus Capitais Próprios.

A evolução dos créditos, adquiridos nos últimos anos, pode ser apreciada no quadro seguinte:



O volume elevado de aquisições de novos créditos, durante o ano de 2007, foi proporcionado pelas mais valias decorrentes da venda do Palácio do Correio-Mor.

A evolução dos saldos, durante os últimos anos, dos valores nominais dos créditos que constituem a carteira da Finangeste poderá ser apreciada no quadro seguinte:


Paralelamente, foram desenvolvidas acções visando a recuperação do remanescente da carteira de créditos, abrangida pelo Acordo com o Banco de Portugal, as quais possibilitaram, neste exercício, uma recuperação na ordem de 230 mil Euros (incluindo neste valor a aquisição judicial de um imóvel pelo valor de 130 mil Euros).

Durante o 2.º semestre de 2009, realizaram-se contactos negociais junto de outras Instituições Financeiras com o objectivo da Finangeste vir a prestar serviços de recuperação de créditos concedidos a empresas e gestão de imóveis, tendo-se concretizado a assinatura de um contrato com uma grande instituição de crédito nacional, em finais de Dezembro, o qual prevê a gestão duma carteira de créditos com um valor nominal até 100 Milhões de Euros.

3 – Gestão Imobiliária

A gestão imobiliária tem progressivamente ganho dimensão, na sequência do recebimento de imóveis, por dações em pagamento de Clientes ou por aquisições de imóveis hipotecados em Tribunal.

No final do presente exercício a carteira de imóveis da Empresa representa 24,7 Milhões de Euros.

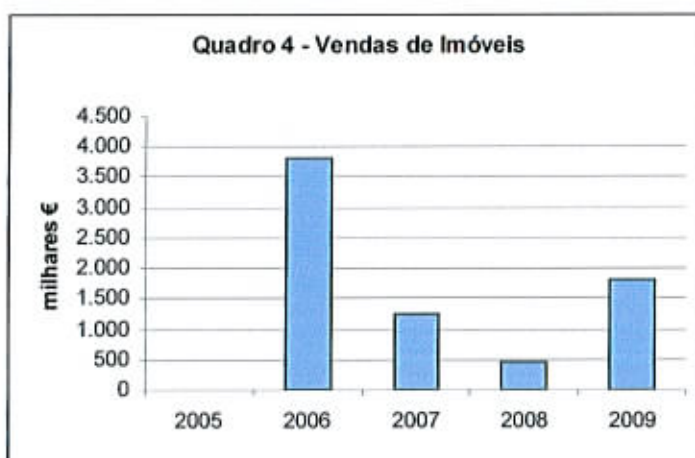


O acompanhamento atempado neste domínio, determinou o estabelecimento de medidas reorganizativas, nos procedimentos de vendas de imóveis, por recurso a mediadores locais e de redes especializadas de mediação, tendo em vista incrementar um mais rápido escoamento dos imóveis.

A conjuntura económica do País, influenciou o Sector Imobiliário, provocando uma forte restrição, quer ao nível da procura quer ao nível de vendas durante o ano de 2009.



A evolução das vendas de imóveis, durante os últimos 5 anos é indicada no quadro seguinte, sendo de destacar que valores anuais elevados correspondem a vendas pontuais de imóveis de significativo valor.



Durante o ano de 2007, para além do valor das vendas referidas no quadro acima representado verificou-se também a venda do Palácio do Correio-Mor que estava registado numa empresa associada da Finangeste.

Ainda na Área de Gestão de Imóveis, e no exercício em apreço, realizaram-se obras de acabamentos e/ou licenciamento de imóveis, de modo a potenciar a sua colocação no mercado e adicionalmente o seu valor de venda.



FINANGESTE

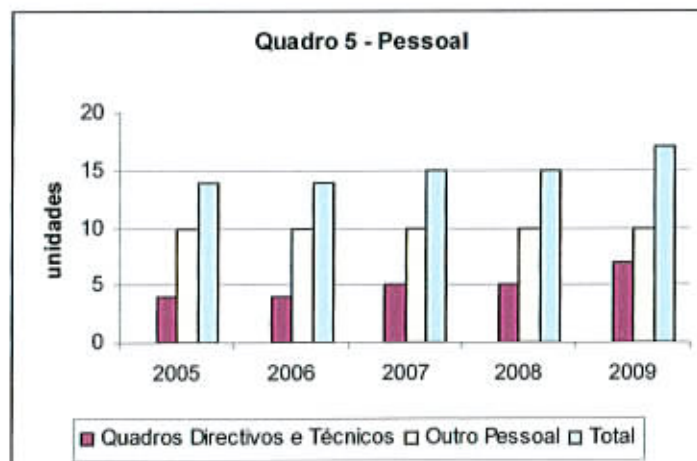
De entre as obras realizadas, a de maior volume, diz respeito ao projecto de loteamento habitacional, com 59 lotes de terreno, denominado Quinta de Santa Teresa em Almada, cujos projecto de execução e adjudicação transitaram do ano anterior. No presente exercício foi negociada a sua venda e a formalização desta veio a verificar-se já no início do ano de 2010.

Deu-se continuidade às situações associadas a alguns dos grandes patrimónios da Empresa, nomeadamente Mata do Rei, em Sesimbra, Quinta dos Frades Vicentes nas Olaias e Otis, em Mem Martins, visando a sua alienação logo que as condições de mercado o permitam.

4 – Recursos Humanos

Em linha com o crescimento verificado da actividade da Empresa, o seu conjunto de Colaboradores foi aumentado com a admissão/integração de dois elementos, respectivamente para a Direcção da Gestão de Crédito e Direcção Jurídica e Contencioso.

A evolução dos Recursos Humanos, reportada aos últimos cinco anos, foi a seguinte:



Em complementaridade com os recursos próprios, a Empresa contratualizou colaboração externa de prestadores de serviços, num regime pontual, nas áreas de Avaliação de Imóveis, Fiscalização e Coordenação de Obras, e de um modo permanente, nos domínios Jurídico e de Informática.

O conjunto dos Recursos Humanos da Finangeste estará alinhado com a sua actividade, assegurando não só uma gestão eficiente das suas carteiras, de créditos e de imóveis, mas também uma resposta qualificada perante os seus Clientes.

5 – Proveitos

Os proveitos da Finangeste, gerados durante o exercício, resultaram nomeadamente, do apuramento da diferença entre os valores de cobranças dos créditos e os valores das respectivas aquisições (3,2 Milhões de Euros), assim como da recuperação de créditos considerados incobráveis (710 milhares de Euros).

O saldo das correcções dos valores associados ao crédito a Clientes, correspondente ao resultado das anulações de provisões de crédito vencido e da constituição de provisões na sequência das novas aquisições de crédito, representa 1,4 Milhões de Euros.

Os juros e rendimentos similares, associados a aplicações financeiras, correspondem a cerca de 1,6 Milhões de Euros.

Os resultados de alienação de activos corresponderam a 422 milhares de Euros, apurados após realização da venda dos imóveis.

6 – Custos

Os custos operacionais, nos quais se incluem os custos com pessoal, gastos gerais administrativos e as amortizações do exercício totalizaram, no presente exercício, 2.697 milhares de Euros, superiores em 6,3% aos custos homólogos do ano transacto.




O apuramento de imparidades, registou o valor de 422 milhares de Euros, na sequência da actualização das avaliações dos imóveis em carteira, no final do ano.

Os impostos correntes atingiram 1.284 milhares de Euros.

7 – Resultados do Exercício

Os resultados líquidos do exercício totalizaram 3.163 milhares de Euros, situando-se 14% acima do valor orçamentado.




8 – Balanço

O Activo Líquido, no final do exercício, apresenta o valor de 76,4 Milhões de Euros, tendo-se registado uma redução de 13% face a 2008.

Esta diferença está fundamentalmente associada à redução do valor líquido do Crédito a Clientes, como consequência dum maior provisionamento realizado em conformidade com a legislação em vigor.

O Passivo Líquido, no final do ano, assume o valor de 4,5 Milhões de Euros, e diz maioritariamente respeito, a operações passivas a regularizar, respeitantes a adiantamentos recebidos e pagamentos a liquidar ao Banco de Portugal derivados da prestação de serviços da Finangeste no âmbito do Acordo estabelecido.

Para além destas exigibilidades não existem, nesta data, quaisquer outros endividamentos externos, nomeadamente empréstimos bancários.

O saldo dos Capitais Próprios no final do ano correspondiam a 71,9 Milhões de Euros.



9 – Síntese de Indicadores

Como síntese da evolução patrimonial, anteriormente descrita, apresenta-se o seguinte conjunto de indicadores:

Quadro 6 - Síntese de Indicadores

	2009	2008	2007	var.% 09/08
Balço (milhares €)				
Activo Líquido	76.440	87.885	72.193	-13,0%
Crédito a Clientes antes de Provisões	21.725	27.567	37.498	-21,2%
Provisões para Crédito a Clientes	21.248	22.652	30.791	-6,2%
Outros Activos	58.131	54.047	45.831	7,6%
dos quais Imóveis	24.724	17.343	7.534	42,6%
Capitais Próprios	71.886	72.772	68.186	-1,2%
Demonstração de Resultados (milhares €)				
Margem Financeira	1.591	3.372	1.321	-52,8%
Produto Bancário	6.102	8.358	27.347	-27,0%
Custos Operacionais	2.697	2.536	2.396	6,3%
Provisões Constituídas para Crédito a Clientes	7.744	7.157	9.947	8,2%
Provisões Anuladas Relativas a Crédito a Clientes	9.149	6.906	2.723	32,5%
Resultados Líquidos	3.163	4.539	19.028	-30,3%
Eficiência				
Rácio de Eficiência (Custos Operacionais/Produto Bancário)	44,2%	30,3%	8,8%	
Custos com Pessoal/Produto Bancário	27,0%	18,8%	5,5%	
Solvabilidade				
Rácio de Solvabilidade (Capitais Próprios/Passivo)	1579%	480%	1702%	
Autonomia Financeira (Capitais Próprios/Activo Líquido)	94,0%	82,8%	94,4%	
Outros Indicadores				
Crédito Adquirido (milhares €)	5.600	6.250	16.467	-10,4%
Crédito Recuperado (milhares €)	24.407	13.978	3.634	74,6%
do qual em dinheiro	6.259	5.300	1.241	18,1%
do qual em imóveis	18.148	8.678	2.393	109,1%
Nº de Colaboradores no final do exercício	17	15	15	13,3%
Valor Contabilístico por acção (€)	12,99	13,15	12,32	-1,2%



10 - Proposta de Aplicação de Resultados

Considerando as disposições legais e estatutárias e o Resultado Líquido do exercício, no valor de € 3.163.124 (três milhões cento e sessenta e três mil cento e vinte e quatro Euros), submete-se aos Senhores Accionistas a seguinte proposta de aplicação:

Reserva Legal (10%)€ 316.312

Dividendos.....€ 2.846.812

11 – Referências Finais

O Conselho de Administração da Finangeste manifesta o seu reconhecimento a todos quantos contribuíram para o apuramento dos resultados obtidos durante o ano de 2009, e agradece em particular:

Aos Senhores Accionistas, a confiança e o apoio sempre manifestados;

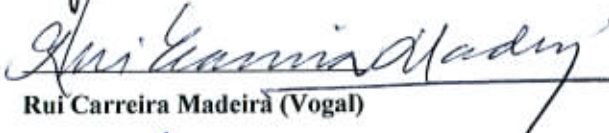
Ao Conselho Fiscal e Auditores Externos, a colaboração recebida no âmbito das suas funções;

Aos nossos Colaboradores, pelo desempenho e dedicação de que continuam a dar provas.

Lisboa, 22 de Fevereiro de 2010.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Joaquim Serrão da Silva Correia (Presidente)

Rui Carreira Madeira (Vogal)

Francisco Maria Freitas de Moraes Sarmiento Ramalho (Vogal)

Abel António Pinto dos Reis (Vogal não executivo)

Helena Maria da Anunciação Franco Bebiano (Vogal não executiva)

ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO

Informação prevista no n.º 5 do art.º 447.º do Código das Sociedades Comerciais.

Membros do Conselho de Administração: Não são accionistas da Sociedade

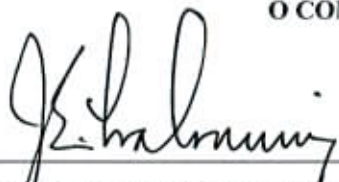
Membros do Conselho Fiscal: Não são accionistas da Sociedade

Informação prevista no n.º 4 do art.º 448.º do Código das Sociedades Comerciais:

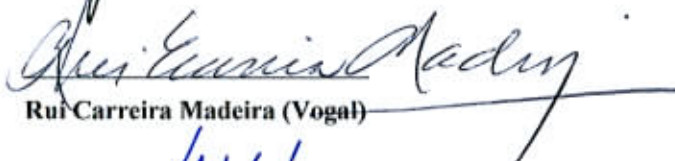
<u>Accionistas</u>	<u>Qt. de Acções</u>	<u>%</u>
Banco de Portugal	2.459.375	44,442
Banco BPI	1.814.125	32,782
Banco Comercial Português	776.625	14,034
Caixa Geral de Depósitos	247.375	4,470

Lisboa, 22 de Fevereiro de 2010.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Joaquim Serrão da Silva Correia (Presidente)



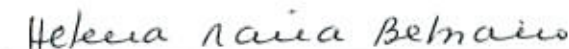
Rui Carreira Madeira (Vogal)



Francisco Maria Freitas de Moraes Sarmiento Ramalho (Vogal)



Abel António Pinto dos Reis (Vogal não executivo)



Helena Maria da Anunciação Franco Bebiano (Vogal não executiva)

III - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

	Notas/quadros anexos	2009	2008
Juros e rendimentos similares	5	1.598.000	3.394.794
Juros e encargos similares	5	(7.588)	(22.648)
Margem financeira		1.591.412	3.372.146
Rendimentos de instrumentos de capital			
Rendimentos de serviços e comissões	6	22.526	31.970
Encargos com serviços e comissões	6	(21.054)	(42.284)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados			
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	7	(74.720)	1.890.305
Resultados de reavaliação cambial			
Resultados de alienação de outros activos	8	421.804	125.382
Outros resultados de exploração	9	4.162.324	2.980.253
Produto bancário		6.102.292	8.357.773
Custos com o pessoal	10	(1.645.744)	(1.525.201)
Gastos gerais administrativos	11	(923.185)	(899.156)
Amortizações do exercício	17	(128.219)	(112.260)
Provisões líquidas de reposições e anulações	21	310	(46.476)
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	21	1.404.448	(251.121)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações			(89.835)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	21	(441.985)	498.798
Resultado antes de impostos		4.367.917	5.932.522
Impostos			
Correntes	12	(1.283.647)	(2.890.339)
Diferidos	12	78.854	1.497.102
Resultado após impostos		3.163.124	4.539.285
Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas			
Resultado líquido do exercício		3.163.124	4.539.285

O Responsável da Contabilidade

O Conselho de Administração



Qui Termino da... 2009

11 de Dezembro de 2009

Ute Kera Maria Bepina

FINANGESTE - Empresa Financeira de Gestão e Desenvolvimento, SA

Rua Rodrigo da Fonseca, 53 - 2º - 1250 LISBOA

Registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa

Sob o n.º 2565, Fls. 124 v.º C-143 - 1 Contrib. N.º 501 366 261

Capital Social - € 27.669.380

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

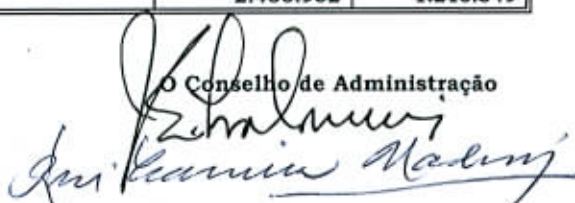
(Em Euros)

	2009	2008
Fluxos de caixa de actividades operacionais		
Recebimento de juros e comissões	1.732.541	1.705.361
Pagamento de juros e comissões	(28.642)	(64.932)
Despesas com pessoal e fornecedores	(2.030.259)	(2.489.986)
Recuperação de crédito e juros	4.283.374	3.741.252
Resultado da alienação de activos financeiros disponíveis para venda	(301)	1.890.305
Resultado da alienação de outros activos	404.290	125.382
(Pagamento)/Recebimento do Imposto sobre o Rendimento	(4.170.794)	(26.423)
Outros pagamentos e recebimentos operacionais	(51.509)	(152.859)
	138.700	4.728.100
(Aumentos) / diminuições de activos operacionais		
Aplicações em instituições de crédito	12.534.986	(9.518.337)
Créditos a clientes	(3.517.156)	(4.699.119)
Activos financeiros disponíveis para venda	1.880	134.796
Investimentos em filiais e outros investimentos	400.103	1.305.266
Outros activos operacionais	917.308	(1.518.027)
	10.337.122	(14.295.422)
(Aumentos) / diminuições de passivos operacionais		
Recursos de instituições de crédito	-	(510.253)
Outros passivos operacionais	(4.931.863)	9.616.499
	(4.931.863)	9.106.246
	5.543.958	(461.077)
Fluxos de caixa de actividades de investimento		
Dividendos recebidos	-	-
Alienação de outros activos tangíveis	31.936	-
Aquisição de outros activos tangíveis	(227.934)	(16.156)
	(195.998)	(16.156)
Fluxos de caixa de actividades de financiamento		
Distribuição de resultados	(4.085.357)	-
Aumento de Capital	-	-
Emissão de obrigações de caixa e títulos subordinados	-	-
Reembolso de obrigações de caixa e títulos subordinados	-	-
	(4.085.357)	-
Variação líquida em caixa e equivalentes	1.262.603	(477.233)
Caixa e equivalentes no início do período	1.218.349	1.695.582
Caixa e equivalentes no fim do período	2.480.952	1.218.349

O Responsável da Contabilidade



O Conselho de Administração




FINANGESTE - Empresa Financeira de Gestão e Desenvolvimento, SA

Rua Rodrigo da Fonseca, 53 - 2º - 1250 LISBOA

Registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa

Sob o n.º 2565, Fls. 124 v.º C-143 - 1 Contrib. N.º 501 366 261

Capital Social - € 27.669.380

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

(Em Euros)

	Capital	Prémios de emissão	Reservas de Reavaliação	Outras Reservas	Resultados transitados	Resultado do exercício	Total
Saldos em 1 de Janeiro de 2008	27.669.380	131.749	(34.576)	21.453.889	(62.238)	19.027.711	68.185.915
Constituição de reservas:							
Reserva legal	-	-	-	1.902.771	-	-	1.902.771
Outras reservas	-	-	-	17.124.940	-	-	17.124.940
Aplicação de resultados	-	-	-	-	-	(19.027.711)	(19.027.711)
Variação líquida em activos financeiros disponíveis para venda	-	-	(2.721)	-	-	-	(2.721)
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	4.539.285	4.539.285
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	27.669.380	131.749	(37.297)	40.481.600	(62.238)	4.539.285	72.722.479
Constituição de reservas:							
Reserva legal	-	-	-	453.928	-	-	453.928
Pagamento de Dividendos	-	-	-	-	-	(4.085.357)	(4.085.357)
Aplicação de resultados	-	-	-	-	-	(453.928)	(453.928)
Variação líquida em activos financeiros disponíveis para venda	-	-	85.506	-	-	-	85.506
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	3.163.124	3.163.124
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	27.669.380	131.749	48.209	40.935.528	(62.238)	3.163.124	71.885.752

O Responsável da Contabilidade



O Conselho de Administração




FINANGESTE



Helena Nana Brito

FINANGESTE - Empresa Financeira de Gestão e Desenvolvimento, SA

Rua Rodrigo da Fonseca, 53 - 2º - 1250 LISBOA

Registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa

Sob o n.º 2565, Fls. 124 v.º C-143 - 1 Contrib. N.º 501.366.261

Capital Social - € 27.669.380

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

(Em Euros)

	Notas/qu- dros anexos	2009	2008
Reserva de justo valor			
Activos financeiros disponíveis para venda	25	75.158	(2.323)
Impostos sobre justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda	25	10.348	(398)
Outro rendimento integral do exercício depois de impostos		85.506	(2.721)
Resultado do exercício		3.163.124	4.539.285
Rendimento integral total do exercício		3.248.630	4.536.564

O Responsável da Contabilidade



O Conselho de Administração



Helena Naveira Beirão

IV - ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



FINANGESTE
EMPRESA FINANCEIRA
DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de Dezembro de 2009

(Montantes expressos em Euros)

INTRODUÇÃO

A Finangeste – Empresa Financeira de Gestão e Desenvolvimento, SA (adiante designada por Finangeste ou Sociedade) foi constituída inicialmente como empresa pública pelo Decreto n.º 10/78, de 19 de Janeiro, no seguimento das Resoluções do Conselho de Ministros n.º 51-F/77, 51-G/77 e 51-H/77, de 28 de Fevereiro. Em 1982 a Finangeste, enquanto empresa pública, foi extinta tendo sido criada uma outra entidade com a mesma designação mas constituída sob a forma jurídica de SARL (sociedade anónima de responsabilidade limitada) mais tarde definida por Sociedade Anónima. Esta nova entidade foi constituída com a transmissão do anterior património da Finangeste, EP.

A Finangeste é uma sociedade financeira, tendo como objecto principal o exercício de actividades de natureza parabancária respeitantes à aquisição e recuperação de créditos, incluindo a gestão de participações sociais e de patrimónios cuja titularidade lhe advenha por virtude dos mecanismos legais e convencionais de cobrança de créditos e a promoção do investimento em projectos e empresas com vista à valorização e ulterior alienação daqueles activos. Paralelamente, a Sociedade tem como objecto acessório a realização de estudos técnico-económicos de viabilidade e de racionalização da actividade de empresas ou de novos projectos de investimento, bem como a promoção dos mesmos através da participação temporária no respectivo capital social ou da gestão de fundos consignados, nas condições previstas na legislação sobre sociedades de capital de risco.

A actividade desenvolvida pela Sociedade encontra-se regulamentada pelo Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro), estando a mesma sujeita à supervisão do Banco de Portugal.

As demonstrações financeiras agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 22 de Fevereiro de 2010.

NOTA 1 – BASES DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E COMPARABILIDADE

1.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da Finangeste foram apresentadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA),

nos termos do Aviso n.º 1/2005, de 21 de Fevereiro, e das Instruções n.º 23/2004 e n.º 9/2005 do Banco de Portugal.

As NCA traduzem-se na aplicação às demonstrações financeiras individuais das Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") tal como adoptadas pela União Europeia, com excepção de algumas matérias reguladas pelo Banco de Portugal, como a valorimetria e imparidade do crédito a clientes, o tratamento contabilístico relativo ao reconhecimento em resultados transitados dos ajustamentos das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência apuradas na transição e a mensuração de activos tangíveis.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* ("IFRIC"), e pelos respectivos órgãos antecessores.

Normas contabilísticas recentemente emitidas:

Em 2009, a Finangeste adoptou a IAS 1 (revista) – Apresentação das demonstrações financeiras. Esta norma de aplicação obrigatória com referência a 1 de Janeiro de 2009 teve impacto ao nível das divulgações não tendo tido qualquer efeito nos capitais próprios da Sociedade. De acordo com as disposições transitórias desta norma são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

Algumas normas, emendas às normas e interpretações contabilísticas foram publicadas pelo IASB mas não se encontram em vigor no exercício iniciado em 1 de Janeiro de 2009, tendo a Finangeste optado por não aplicar antecipadamente as mesmas, sendo entendimento da Administração que as mesmas não terão impacto ou aplicação nas demonstrações financeiras da Sociedade.

Nos termos do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 36/92, de 28 de Março, a Sociedade não apresenta contas consolidadas.

1.2 Comparabilidade da informação

As demonstrações financeiras referentes ao período findo em 31 de Dezembro de 2009 são comparáveis em todos os aspectos materialmente relevantes com as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, excepto no que se refere aos Outros activos e Outros passivos, conforme se explicita na Nota 2.5. Caso tivesse sido considerada a mesma rubrica contabilística, em 31 de Dezembro de 2008 o saldo apresentado nas rubricas Outros activos e Outros passivos ascenderia a €50.355.313 e €8.636.317, respectivamente.

NOTA 2 – PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS UTILIZADOS

As políticas contabilísticas mais relevantes, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

2.1 Activos financeiros

Os activos financeiros são reconhecidos no balanço da Sociedade na data de negociação ou contratação, que é a data em que a Sociedade se compromete a adquirir ou alienar o activo. No momento inicial, os activos financeiros são reconhecidos pelo justo valor

acrescido de custos de transacção directamente atribuíveis. Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Sociedade ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Sociedade tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Sociedade tenha transferido o controlo sobre os activos.

Os activos e passivos financeiros são compensados e apresentados pelo valor líquido, quando e só quando, a Sociedade tem o direito a compensar os montantes reconhecidos e tem a intenção de liquidar pelo valor líquido.

A Sociedade classifica os seus activos financeiros nas seguintes categorias: Empréstimos e contas a receber e Investimentos financeiros disponíveis para venda. A sua classificação depende do propósito que conduziu à sua aquisição.

Na determinação do justo valor de um activo ou passivo financeiro, se existir um mercado activo, o preço de mercado é aplicado. No caso de não existir um mercado activo, o que é o caso para alguns dos activos e passivos financeiros, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado.

2.1.1 Crédito a clientes

O crédito a clientes inclui os créditos adquiridos pela Finangeste, os quais são registados na data em que o montante do crédito é adquirido às instituições financeiras.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente pelo seu valor de aquisição não podendo ser reclassificado para as restantes categorias de activos financeiros. O valor nominal é registado em rubricas extrapatrimoniais.

O crédito a clientes só é desreconhecido do Balanço quando expiram os direitos contratuais da Finangeste à sua recuperação ou a Sociedade transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

Sempre que se considerem totalmente irrecuperáveis numa óptica económica, e que já tenham decorrido todos os trâmites judiciais inerentes aos processos de recuperação, os créditos vencidos são anulados contabilisticamente pela utilização das respectivas provisões constituídas. Em caso de recuperação, as provisões constituídas são repostas na conta de resultados sendo registadas na rubrica de Reposições e anulações de provisões. Os valores recebidos em excesso face aos valores registados em balanço por vias da aquisição inicial do crédito são contabilizados como Outros resultados de exploração no exercício em que ocorrem.

2.1.2 Provisões para riscos de crédito


As provisões para riscos de crédito determinadas nos termos da versão consolidada do Aviso do Banco de Portugal (BdP) n.º 3/95, incluem:

- (i) uma provisão específica para crédito e juros vencidos destinada a fazer face a riscos de não cobrança de créditos com prestações de capital ou juros vencidos não regularizados, dependendo de eventuais garantias existentes e sendo o seu montante crescente em função do tempo decorrido desde a entrada em incumprimento.

De salientar que a partir do exercício de 2007 o cálculo da provisão específica passou a ter em consideração a perda assumida pelo cedente dos créditos.

Assim, quando os créditos adquiridos não se encontrem originalmente provisionados a 100%, a provisão será calculada considerando o valor nominal dos créditos, deduzindo posteriormente o prejuízo assumido pelo cedente (diferença entre o valor nominal e o valor de aquisição dos créditos). No caso da provisão, considerando o valor nominal dos créditos, ser inferior ao prejuízo assumido pelo cedente dos créditos, será considerada a provisão sobre o valor nominal.

Para os créditos originalmente provisionados a 100%, a provisão será constituída pela totalidade do valor de aquisição.

- (ii) uma provisão genérica para riscos gerais de crédito, destinada a cobrir riscos potenciais existentes na carteira de crédito concedido e outros compromissos assumidos, mas que não foram identificados como de risco específico. É calculada por aplicação das seguintes percentagens genéricas à totalidade do crédito não vencido:
- 0,5% relativamente ao crédito garantido por hipoteca sobre imóvel, ou operações de locação financeira imobiliária, em ambos os casos quando o imóvel se destine a habitação do mutuário;
 - 1,5% no caso de se tratar de crédito ao consumo; e
 - 1% no que se refere ao restante crédito concedido.
- 


Nos termos da legislação fiscal em vigor, a partir de 1 de Janeiro de 2003, o reforço desta provisão deixou de ser aceite como custo fiscal. Adicionalmente, nos termos da legislação fiscal em vigor, a partir de 1 de Janeiro de 2001, quando se verifique a reposição de provisões para riscos gerais de crédito, são consideradas proveitos do exercício, em primeiro lugar, aquelas que tenham sido custo fiscal no exercício da respectiva constituição.

Por outro lado, nos termos do artigo 35.º A do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, aditado pela Lei n.º 53-1/2008, de 29 de Dezembro, as provisões para crédito vencido garantido nos termos do número 2. daquele artigo, deixaram de ser admitidas como custo fiscal.

Além disso, o artigo 57.º, da Lei anteriormente citada, estabeleceu um regime transitório para as provisões, pelo que "o saldo existente no 1.º dia do período de tributação iniciado em, ou após, 1 de Janeiro de 2007, das provisões referidas na alínea d) do n.º 1 do artigo 34.º do Código do IRC, na redacção dada pela presente lei, aceite como custo fiscal em exercícios anteriores, que exceda os limites que poderiam ser aceites para os mesmos efeitos, de acordo com o artigo 35.º A, não é aplicável o n.º 2 do referido artigo 34.º, não podendo, no entanto, ser aceites como custo dotações para reforço daquelas provisões enquanto aqueles limites se encontrarem excedidos tendo em conta os saldos existentes no final de cada período de tributação".

2.1.3 Activos financeiros disponíveis para venda

A rubrica Activos financeiros disponíveis para venda inclui:

- Títulos de rendimento fixo que não tenham sido classificados como carteira de negociação nem como carteira de crédito; e
 - Títulos de rendimento variável disponíveis para venda; e
- 

- Participações em outras empresas, que não sejam subsidiárias associadas ou empreendimentos conjuntos

Os activos classificados como disponíveis para venda são avaliados ao justo valor, excepto no caso de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado activo e cujo justo valor não pode ser fiavelmente mensurado ou estimado, que permanecem registados ao custo.

As mais e menos valias resultantes de alterações no justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos directamente nos capitais próprios na rubrica Reservas de reavaliação de justo valor. Na alienação dos activos financeiros disponíveis para venda ou no caso de perdas por imparidade, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos no capital próprio são registados em resultados do exercício.

Os juros corridos de obrigações e outros títulos de rendimento fixo e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são registados em resultados, de acordo com o método da taxa efectiva.

Os rendimentos de títulos de rendimento variável (dividendos no caso das acções) são registados em resultados, na data em que são atribuídos ou recebidos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

Em caso de evidência objectiva de imparidade, resultante de diminuição significativa e prolongada do justo valor do título ou de dificuldade financeira do emitente, a perda acumulada na reserva de reavaliação de justo valor é removida do capital próprio e reconhecida nos resultados.

As perdas por imparidade registadas em títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, se houver uma alteração positiva no justo valor do título resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade. As perdas por imparidades relativas a títulos de rendimento variável não podem ser revertidas.

2.1.4 Classes de instrumentos financeiros (activos financeiros)

O quadro de classes de instrumentos financeiros (activos financeiros) a 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008 é como se segue:

	31 de Dezembro de 2009			
	Crédito e valores a receber	Activos financeiros disponíveis para venda	Activos não financeiros	Total
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2.012			2.012
Disponibilidades em instituições de crédito	450.757			450.757
Activos financeiros disponíveis para venda		31		31
Aplicações em instituições de crédito	4.102.884			4.102.884
Crédito a clientes	477.630			477.630
Outros activos	24.530.159		33.600.867	58.131.026
	29.563.442	31	33.600.867	63.164.340

31 de Dezembro de 2008

	Crédito e valores a receber	Activos financeiros disponíveis para venda	Activos não financeiros	Total
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2.000	-	-	2.000
Disponibilidades em instituições de crédito	351.164	-	-	351.164
Activos financeiros disponíveis para venda	-	1.911	-	1.911
Aplicações em instituições de crédito	15.756.388	-	-	15.756.388
Crédito a clientes	4.914.960	-	-	4.914.960
Outros activos	28.561.348	-	25.486.127	54.047.475
	49.585.860	1.911	25.486.127	75.073.898

2.2 Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros ao justo valor através de resultados são registados ao justo valor e incluem os instrumentos financeiros derivados com valor negativo e vendas a descoberto.

Os Outros passivos financeiros incluem recursos de instituições de crédito e de clientes e empréstimos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva.

2.2.1 Classes de instrumentos financeiros (passivos financeiros)

O quadro de classes de instrumentos financeiros (passivos financeiros) a 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008 é como se segue:

	31 de Dezembro de 2009		
	Outros passivos financeiros	Passivos não financeiros	Total
Outros passivos	2.119.769	1.876.447	3.996.216
	2.119.769	1.876.447	3.996.216

	31 de Dezembro de 2008		
	Outros passivos financeiros	Passivos não financeiros	Total
Outros passivos	6.496.380	5.831.958	12.328.338
	6.496.380	5.831.958	12.328.338

2.3 Outros activos tangíveis

De acordo com o Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, os Outros activos tangíveis são valorizados ao custo de aquisição, excepto quando se verificarem reavaliações extraordinárias legalmente autorizadas. Ao valor de custo em balanço são deduzidas as respectivas amortizações acumuladas. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os Outros activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultem benefícios económicos futuros para a Finangeste. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

A depreciação de Outros activos tangíveis é registada de acordo com o método das quotas constantes, com base em taxas de amortização que reflectem a vida útil estimada esperada dos bens (período em que se espera que o activo esteja disponível para uso):

	<u>Número de anos</u>	<u>%</u>
Máquinas e mobiliário	4 a 10	25% a 10%
Viaturas	4	25%
Equipamento informático	3 a 4	33,3% a 25%
Instalações interiores	10	10%

Estes activos são sujeitos a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor de balanço excede o seu valor realizável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor realizável é o maior de entre o valor de mercado do activo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso.

2.4 Activos intangíveis

A Finangeste regista nesta rubrica as despesas com *software* adquirido, quando o impacto esperado se repercute para além do exercício em que foi adquirido.

Os custos incorridos com a aquisição de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Finangeste necessárias à sua implementação.

Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida esperada destes activos (3 anos).

2.5 Aplicações por recuperação de créditos

As aplicações por recuperação de créditos correspondem a imóveis que vieram à posse da Sociedade para regularização de crédito, por via de arrematação judicial ou dação em cumprimento. Alguns destes activos são posteriormente desenvolvidos e vendidos no decurso normal do negócio. O registo destes activos é efectuado na rubrica Outros activos, sendo a sua mensuração inicial efectuada pelo valor atribuído ao imóvel na dação em pagamento ou na arrematação judicial. A diferença entre aquele valor e o de aquisição do crédito vencido adquirido é registada em Receitas com rendimento diferido – Devedores, outras aplicações e outros activos, rubrica que é apresentada no Balanço a deduzir ao activo. Até 31 de Dezembro de 2009, a diferença entre o valor atribuído ao imóvel e o valor de aquisição do crédito vencido era registado na rubrica Receitas com rendimento diferido – Outros, a qual se apresenta no Balanço na rubrica Outros passivos.

Estes imóveis são objecto de avaliações periódicas. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício.

As mais-valias potenciais em Outros activos não são reconhecidas no balanço.

2.6 Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

A Finangeste detém directamente, participações financeiras em empresas filiais. São consideradas empresas filiais aquelas em que a Sociedade detém o controlo ou o poder para gerir as políticas financeiras e operacionais da empresa.

As participações financeiras vieram à posse da Finangeste, na totalidade, no âmbito dos processos de aquisição de créditos.

Nas demonstrações financeiras individuais da Finangeste, as participações em filiais são valorizadas ao custo histórico.

Em caso de evidência efectiva de imparidade, a perda por imparidade é reconhecida em resultados.

2.7 Receitas e despesas no âmbito do acordo com o Banco de Portugal

Em finais de 1988, na sequência do processo de falência que afectou a Caixa Económica Açoreana (adiante designada por CEA), o Banco de Portugal manifestou interesse em proceder à recuperação dos créditos daquela entidade através do recurso a uma sociedade financeira vocacionada para essa actividade. Neste âmbito, o Banco de Portugal celebrou com a Finangeste um acordo ao abrigo do qual a Sociedade ficou mandatada pelo Banco de Portugal a efectuar, nas melhores condições possíveis, a recuperação ou alienação de créditos e outros activos, recebendo para este efeito uma comissão de 1% ou 2%, que varia de acordo com o nível de recuperação atingido. A comissão a receber é acrescida numa base mensal, por contrapartida de resultados do exercício.

No âmbito deste acordo, a Finangeste incorre em despesas e tem receitas provenientes da regularização daqueles créditos, sendo esses valores registados, respectivamente, nas contas de regularização do activo (valores a recuperar) e do passivo (valores a entregar), logo não constituindo custos e proveitos da Sociedade, durante o exercício. O apuramento final do saldo com o Banco de Portugal é realizado anualmente, em Dezembro, antes do encerramento das contas, de que resulta um saldo a pagar ou a receber, incluindo-se igualmente nesse apuramento o valor a receber relativo à comissão que é devida à Sociedade pelos serviços prestados no exercício.

Os activos e passivos financeiros abrangidos pelo acordo com o Banco de Portugal encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais.

2.8 Benefícios a empregados

2.8.1 Complementos de pensões

A Finangeste não se encontra vinculada ao texto integral do Acordo Colectivo de Trabalho Vertical (ACTV). De facto, da acta do processo negocial de 1994 extrai-se que a FINANGESTE subscreve o ACTV para o sector bancário, publicado integralmente no

Boletim do Trabalho e Emprego de 22 de Agosto de 1990, com as alterações publicadas no mesmo Boletim de 1991 e de 1993 e outorga a revisão do mesmo ACTV, um e outro com as seguintes ressalvas:

- a) Não aceita quaisquer restrições à sua inteira liberdade de recrutamento de pessoal, para além das fixadas no ACTV relativas às habilitações e idade mínima de admissão e às imposições em matéria de deficientes físicos;
- b) Na contagem do tempo de serviço para quaisquer efeitos emergentes do ACTV a Finangeste não aceita senão o tempo de serviço prestado em instituições de crédito com actividades em Portugal e nas regiões autónomas;
- c) Não aceita as imposições relativas a promoções obrigatórias por mérito;
- d) Não aceita, dada a especificidade do enquadramento da generalidade dos seus empregados no regime de Segurança Social, qualquer vinculação de carácter genérico quanto às matérias abrangidas pela Secção I, do Capítulo XI [ou seja, as cláusulas 136ª a 144ª que regulamentam o regime de segurança social específico do sector bancário];
- e) Não aceita o disposto na Secção V do Capítulo XI (cláusulas 151ª a 156ª) sobre o crédito à habitação.

Foram, portanto, restringidas algumas cláusulas, nomeadamente as que se referem à responsabilidade de pagar aos seus colaboradores, pensões de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência, uma vez que os colaboradores da Finangeste estão abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social.

No entanto, com o objectivo de atribuir um complemento de reforma, a Sociedade assumiu para com os seus colaboradores o compromisso de garantir um complemento de pensão de reforma correspondente a 30% do vencimento base à data da reforma, tendo para o efeito constituído em 31 de Dezembro de 2004 um fundo de pensões de benefícios definidos.

As responsabilidades da Finangeste com complementos de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho das contas por entidade independente, com base no Método de Crédito da Unidade Projectada. A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de baixo risco, com maturidade semelhante ao da liquidação das responsabilidades. Os pressupostos actuariais (financeiros e demográficos) têm por base expectativas à data de balanço para crescimento dos salários e a tábua de mortalidade utilizada foi a TV 88/90.

A Finangeste decidiu ainda, aderir ao Serviço de Assistência Médico Social (SAMS) para colaboradores no activo, extinguindo-se este benefício aquando da sua passagem à reforma, pelo que não será considerado para efeitos do apuramento das responsabilidades de acordo com o IAS 19 – Benefícios dos Empregados.

A Finangeste optou por reconhecer o acréscimo total de responsabilidades resultante da aplicação do IAS 19 – Benefícios dos Empregados, com referência a 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2005, integralmente em resultados transitados, não aderindo ao regime transitório permitido pelo Banco de Portugal nos avisos n.º 4 e n.º 12 de 2005.

O valor das responsabilidades com serviços passados por pensões de reforma líquido do valor do fundo de pensões está registado na rubrica Responsabilidades com pensões e outros benefícios.



Após a data de transição, o valor dos ganhos e perdas actuariais resultantes de alterações nos pressupostos actuariais e financeiros e de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados são reconhecidos de acordo com o método do *corredor* e registados na rubrica Desvios actuariais. São enquadráveis no *corredor*, os ganhos ou perdas actuariais acumulados que não excedam 10% do valor das responsabilidades com serviços passados ou 10% do valor do Fundo de Pensões, dos dois o maior. Os valores que excedam o *corredor* são amortizados em resultados pelo período de tempo médio até à idade esperada de reforma dos Colaboradores abrangidos pelo plano.

Anualmente, a Finangeste reconhece como custo na sua demonstração de resultados o custo do serviço corrente e o custo dos juros deduzidos do rendimento esperado dos activos do fundo e a amortização dos desvios actuariais ou de alterações de pressupostos fora do *corredor*.

As contribuições para o fundo são efectuadas anualmente por forma a assegurar a solvência do mesmo, sendo o financiamento mínimo das responsabilidades por pensões em pagamento de 100% e o das responsabilidades por serviços passados de pessoal no activo, de 95%.

2.8.2 Prémios de antiguidade

No âmbito do ACTV, a Finangeste assumiu o compromisso de pagar aos seus colaboradores prémios de antiguidade, quando estes completam 15, 25 e 30 anos de serviço, correspondente, respectivamente, a uma, duas e três vezes o salário mensal recebido à data de pagamento dos prémios.

A Finangeste determina anualmente o valor actual dos benefícios com prémios de antiguidade, determinado por uma entidade independente, com base no Método de Crédito da Unidade Projectada. A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de baixo risco, com maturidade semelhante ao da liquidação das responsabilidades. Os pressupostos actuariais (financeiros e demográficos) têm por base expectativas à data de balanço para crescimento dos salários e a tábua de mortalidade utilizada foi a TV 88/90.

As responsabilidades por prémios de antiguidade são registadas na rubrica Outros passivos. Anualmente, a Finangeste reconhece como custo na sua demonstração de resultados o custo do serviço corrente e o custo dos juros líquidos dos ganhos e perdas resultantes de desvios actuariais, resultantes de alterações de pressupostos ou da alteração das condições dos benefícios.


2.9 Imposto sobre lucros

A Finangeste está sujeita ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (Código do IRC).

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando as taxas de imposto legalmente em vigor, para o período a que se reporta o resultado.





Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros decorrente de diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, sendo calculados com base nas taxas fiscais aprovadas para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo. Os prejuízos fiscais dão origem a impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis futuros capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais a utilizar futuramente.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com valores registados directamente em capitais próprios (nomeadamente, ganhos e perdas em títulos disponíveis para venda), caso em que também são registados por contrapartida de capitais próprios.



2.10 Reconhecimento de juros

Os Juros e rendimentos similares e Juros e encargos similares reconhecem-se em função do período de vigência das operações, de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, sendo registados independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. Porém, nos casos em que as operações se encontrem vencidas há mais de 30 dias (90 dias no caso de terem garantias reais) ou, embora não vencidas, existam dúvidas razoáveis relativamente à sua cobrabilidade, a Sociedade suspende a contagem dos juros correspondentes, os quais apenas são reconhecidos em proveitos se e quando recebidos.

2.11 Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade igual ou inferior a três meses a contar da data de contratação, onde se incluem a caixa, as disponibilidades e as aplicações em instituições de crédito.

Refira-se que a Finangeste não realizou depósitos de natureza obrigatória junto de bancos centrais.

2.12 Capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Todos os custos directamente atribuíveis à emissão de capital são registados por contrapartida da rubrica de capital como uma dedução ao valor da emissão.

As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

2.13 Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas



Na elaboração das demonstrações financeiras a Finangeste efectuou estimativas e utilizou pressupostos que afectam as quantias relatadas dos activos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são apreciados regularmente e baseiam-se em diversos factores incluindo expectativas acerca de eventos futuros que se consideram razoáveis nas circunstâncias. Utilizaram-se estimativas e pressupostos nomeadamente nas seguintes áreas significativas:

Complementos de pensões e outros benefícios

As responsabilidades com pensões de reforma são calculadas com base em pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada do fundo e outros factores que podem ter impacto nos custos e responsabilidades com pensões.


TB

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

A Finangeste determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. Este procedimento requer julgamento, que assenta entre outros factores na volatilidade normal do preço das acções.

Impostos diferidos

O reconhecimento de impostos diferidos activos pressupõe a existência de resultados e matéria colectável futura. Os impostos diferidos activos e passivos foram determinados com base na legislação fiscal actualmente em vigor ou em legislação já publicada para aplicação futura. Alterações na interpretação da legislação fiscal podem influenciar o valor dos impostos diferidos.

Outros activos – Imóveis recebidos em dação ou por via judicial

Estes imóveis são objecto de avaliações periódicas que dão lugar a perdas por imparidade sempre que o valor decorrente dessas avaliações seja inferior ao valor por que se encontram contabilizados.

Este procedimento requer julgamento e assenta na utilização de pressupostos e estimativas que podem ter impacto no presumível valor de mercado.

NOTA 3 – GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

3.1 Gestão do risco

O Conselho de Administração da Sociedade é responsável por definir os objectivos da actividade, princípios e políticas de gestão, bem como as estratégias de risco e assegurar que dispõe de uma estrutura adequada para a sua implementação.

Os riscos da actividade da Sociedade, nomeadamente os riscos de preço, de crédito, de taxa de juro e de liquidez, são analisados e controlados, num primeiro nível, pelos quadros directivos e, numa fase posterior, pela Administração.




3.2 Risco de preço

A Finangeste está exposta a risco de preço de instrumentos de capital devido a investimentos que detém classificados como disponíveis para venda.

A exposição ao risco de preço a 31 de Dezembro de 2009 e 2008 é como se segue:

	Exposição máxima	
	31-Dez-2009	31-Dez-2008
Fomento - Soc. Gestão SGPS	31	31
VAA - Vista Alegre SGPS	-	1.880
	<u>31</u>	<u>1.911</u>


TB

3.3 Risco de crédito

Em conformidade com o seu objecto social, a Finangeste adquire créditos a instituições do sistema financeiro nacional, normalmente totalmente vencidos, que são avaliados em função da sua dimensão, das garantias reais e pessoais subjacentes, da distribuição geográfica, da natureza do devedor e das perspectivas futuras de alienação ou valorização das garantias reais recebidas, encontrando-se na sua maioria totalmente provisionados, de acordo com as regras definidas pelo Banco de Portugal e que se encontram explicitadas no ponto 2.1.2. Neste contexto, estas operações, pela sua especificidade e natureza, apresentam um risco de crédito de expressão reduzida. O risco de mercado, na medida em que as condições de recuperação destes activos estão directamente relacionadas com a realização dos colaterais que lhe estão associados, geralmente imóveis, assume expressão relevante não só em resultado das condicionantes desses activos e mercado específico mas, essencialmente, em função do factor incerteza e lentidão associado a todo o processo de recuperação.

Em resultado destas condicionantes qualquer projecção pela Sociedade de *cash flows* futuros constituirá um exercício relativamente teórico.

Todas as operações de aquisição de créditos são objecto de prévia análise técnica e económica detalhada e de aprovação por parte do Conselho de Administração, procedendo-se regularmente à normalização dos vários processos de recuperação.

Garantias colaterais

A Finangeste utiliza uma diversidade de políticas e práticas de forma a mitigar o risco de crédito, sendo o recurso a colaterais o mais importante tendo em conta a especificidade da actividade da Sociedade. A Sociedade implementa orientações em relação à aceitabilidade de classes específicas de colateral ou de mitigação do risco de crédito. Os principais tipos de colateral para créditos e valores a receber são:

- Hipotecas sobre imóveis;
- Penhor de activos como instalações, inventários e contas a receber;
- Penhor sobre instrumentos financeiros, como títulos de dívida e acções.



Exposição máxima ao risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, a exposição máxima ao risco de crédito analisa-se como segue:

	Exposição máxima	
	31-Dez-2009	31-Dez-2008
Disponibilidades em outras instituições de crédito	450.757	351.164
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-
Aplicações em instituições de crédito	4.102.884	15.756.388
Crédito a clientes	477.630	4.914.960
Outros activos	24.530.159	28.561.348
	<u>29.561.430</u>	<u>49.583.860</u>

O quadro acima representa o pior cenário a nível de exposição da Sociedade a risco de crédito a 31 de Dezembro de 2009 e 2008, sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para activos no balanço, a exposição definida acima é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face do Balanço.

Concentração por sector de actividade de activos financeiros com risco de crédito

Os quadros abaixo apresentam a exposição da Sociedade, à data de 31 de Dezembro de 2009 e 2008, de acordo com os valores de balanço dos activos, categorizados por sector de indústria:

	Instituições financeiras	Sector Imobiliário	Retailho	Particulares	Outros sectores	Total
Disponibilidades em instituições de crédito	450.757	-	-	-	-	450.757
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	4.102.884	-	-	-	-	4.102.884
Crédito a clientes	-	9.926.633	2.277.569	1.349.752	8.171.380	21.725.334
Outros activos	-	24.072.994	-	-	457.165	24.530.159
A 31 de Dezembro de 2009	<u>4.553.641</u>	<u>33.999.627</u>	<u>2.277.569</u>	<u>1.349.752</u>	<u>8.628.545</u>	<u>50.809.134</u>

	Instituições financeiras	Sector Imobiliário	Retailho	Particulares	Outros sectores	Total
Disponibilidades em instituições de crédito	351.164	-	-	-	-	351.164
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	15.756.388	-	-	-	-	15.756.388
Crédito a clientes	-	14.744.509	2.182.793	1.651.724	9.089.008	27.668.034
Outros activos	-	27.522.492	45.135	-	993.721	28.561.348
A 31 de Dezembro de 2008	<u>16.107.552</u>	<u>42.267.001</u>	<u>2.227.928</u>	<u>1.651.724</u>	<u>10.082.729</u>	<u>72.336.934</u>

Activos financeiros (crédito de clientes) vencidos mas não em imparidade e activos financeiros (crédito de clientes) individualmente considerados em imparidade

No quadro abaixo encontra-se a análise efectuada com referência a 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008:

		31 de Dezembro de 2009	
		Crédito	Provisões
Inferior a 1 ano		433.172	131.948
Superior a 1 ano		27.292.162	21.115.756
		<u>27.725.334</u>	<u>21.247.704</u>
		31 de Dezembro de 2008	
		Crédito	Provisões
Inferior a 1 ano		1.402.005	102.643
Superior a 1 ano		26.165.184	22.549.586
		<u>27.567.189</u>	<u>22.652.229</u>

A Sociedade encontra-se, ainda, a proceder a uma valorização das garantias recebidas relacionadas com os activos financeiros acima analisados.

Qualidade de activos financeiros não vencidos e sem imparidade

O quadro seguinte apresenta a qualidade de risco de crédito da Sociedade, em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, face a instrumentos financeiros cujas contrapartes sejam instituições financeiras:

	Activos financeiros disponíveis para venda	Disponibilidades em outras instituições de crédito	Aplicações em instituições de crédito	Total
31-12-2009				
AA- a AA+	-	1.897	-	1.897
A- a A+	-	343.262	1.234.702	1.577.964
Menor que A-	-	93.263	2.868.182	2.961.445
Sem rating	-	12.335	-	12.335
Total	-	<u>450.757</u>	<u>4.102.884</u>	<u>4.553.641</u>
31-12-2008				
AA- a AA+	-	26.421	4.748.203	4.774.624
A- a A+	-	324.741	9.024.557	9.349.298
Menor que A-	-	-	-	-
Sem rating	1.911	2	1.983.628	1.985.541
Total	<u>1.911</u>	<u>351.164</u>	<u>15.756.388</u>	<u>16.109.463</u>

3.4 Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro associado a fluxos de caixa corresponde ao risco dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro variarem devido a alterações nas taxas de juro de mercado.

O risco de taxa de juro é medido por um modelo de *repricing gap* sobre os activos e passivos susceptíveis a variações de taxa de juro. De um modo sucinto, este modelo agrupa os activos e passivos financeiros em intervalos de tempo fixos (datas de vencimento ou de primeira revisão de taxa de juro, quando a mesma está indexada).


As tabelas abaixo apresentam a sensibilidade da Sociedade ao risco de taxa de juro em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, sendo que os prazos apresentados correspondem ao prazo residual que decorre até à próxima actualização ou vencimento de taxa de juro contratada para cada uma das aplicações:

	31 de Dezembro de 2009			
	À vista	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total
Activo				
Disponibilidades em instituições de crédito	450.757	-	-	450.757
Aplicações em instituições de crédito	-	3.701.832	401.052	4.102.884
Outros activos	-	-	24.530.159	24.530.159
	<u>450.757</u>	<u>3.701.832</u>	<u>24.931.211</u>	<u>29.083.800</u>
Passivo				
Outros passivos	-	2.119.709	-	2.119.709
	<u>-</u>	<u>2.119.709</u>	<u>-</u>	<u>2.119.709</u>
Exposição líquida	<u>450.757</u>	<u>1.582.123</u>	<u>24.931.211</u>	<u>26.964.091</u>

	31 de Dezembro de 2008			
	À vista	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total
Activo				
Disponibilidades em instituições de crédito	351.164	-	-	351.164
Aplicações em instituições de crédito	-	12.324.109	3.432.279	15.756.388
Outros activos	-	-	28.493.720	28.493.720
	<u>351.164</u>	<u>12.324.109</u>	<u>31.925.999</u>	<u>44.601.272</u>
Passivo				
Outros passivos	-	6.246.380	250.000	6.496.380
	<u>-</u>	<u>6.246.380</u>	<u>250.000</u>	<u>6.496.380</u>
Exposição líquida	<u>351.164</u>	<u>6.077.729</u>	<u>31.675.999</u>	<u>38.104.892</u>

Análise de sensibilidade

A Finangeste utiliza a técnica da análise de sensibilidade que mede as alterações estimadas nos resultados e capitais de um aumento ou diminuição imediata das taxas de juro de mercado, com todas as outras variáveis constantes. Esta análise é apenas para fins ilustrativos, já que na prática as taxas de mercado raramente se alteram isoladamente. A análise de sensibilidade é baseada nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juro do mercado afectam rendimentos ou despesas de juros de instrumentos financeiros variáveis;
 - Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afectam os rendimentos ou despesas de juros em relação a instrumentos financeiros com taxas de juro fixas se estes estiverem reconhecidos a justo valor;
 - Alterações nas taxas de juro de mercado afectam o justo valor de instrumentos financeiros derivados e outros activos e passivos financeiros;
 - Alterações no justo valor de instrumentos financeiros derivados e outros activos e passivos financeiros são estimados descontando os fluxos futuros de valores actuais líquidos, utilizando taxas de mercado do final do ano.
- 

Sob estes pressupostos, um aumento ou diminuição de 1% em taxas de juro de mercado a 31 de Dezembro de 2009 resultaria num aumento ou diminuição do lucro antes de imposto de aproximadamente €270 milhares de euros (31 de Dezembro de 2008: €381 milhares).

3.5 Risco de liquidez

O risco de Liquidez, está relacionado com a possibilidade de a Sociedade ser incapaz de cumprir os pagamentos a que é obrigada através dos seus passivos financeiros aquando do seu vencimento.

A gestão prudente do risco de liquidez implica a manutenção de dinheiro ou instrumentos financeiros líquidos suficientes, da existência de fontes de financiamento através de um montante adequado de facilidades de crédito e a possibilidade de fechar posições de mercado.

No que diz respeito à análise ao risco de liquidez, este é acompanhado através de indicadores adequados e evidenciados em relatório que acompanha a apresentação periódica de contas ao Conselho de Administração.

Por outro lado, a Finangeste aplica a sua liquidez em instituições financeiras diversificadas, procurando as melhores taxas de juro e prazos diversificados. Até ao presente, as mais-valias obtidas pela gestão da carteira de créditos, a valorização imprimida aos imóveis e o rendimento de outros activos têm gerado liquidez suficiente às necessidades de funcionamento da Sociedade.

Nos quadros abaixo são analisados os activos e os passivos financeiros da Finangeste, com referência a 31 de Dezembro de 2009 e 2008, tendo por base o período remanescente até à maturidade contratual à data de balanço, sendo que os montantes incluídos são os *cash flows* contratuais não descontados:

31 de Dezembro de 2009				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Total
Activo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2.012	-	-	2.012
Disponibilidades em instituições de crédito	450.757	-	-	450.757
Aplicações em instituições de crédito	3.701.832	401.052	-	4.102.884
Crédito a clientes	2.699.257	8.093.966	10.932.111	21.725.334
Outros activos	-	5.929.242	18.600.917	24.530.159
	<u>6.853.858</u>	<u>14.424.260</u>	<u>29.533.028</u>	<u>50.811.146</u>
Passivo				
Outros passivos	2.119.769	-	-	2.119.769
	<u>2.119.769</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.119.769</u>
Gap de liquidez	<u>4.734.089</u>	<u>14.424.260</u>	<u>29.533.028</u>	<u>48.691.377</u>

31 de Dezembro de 2008					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2.000	-	-	-	2.000
Disponibilidades em instituições de crédito	351.164	-	-	-	351.164
Aplicações em instituições de crédito	12.324.109	3.432.279	-	-	15.756.388
Crédito a clientes	9.056.470	-	18.510.719	-	27.567.189
Outros activos	2.545.135	246.109	25.769.783	321	28.561.348
	<u>24.278.878</u>	<u>3.678.388</u>	<u>44.280.502</u>	<u>321</u>	<u>72.238.089</u>
Passivo					
Outros passivos	6.246.380	250.000	-	-	6.496.380
	<u>6.246.380</u>	<u>250.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.496.380</u>
Gap de liquidez	<u>18.032.498</u>	<u>3.428.388</u>	<u>44.280.502</u>	<u>321</u>	<u>65.741.709</u>

3.6 Gestão do capital

Os objectivos da Finangeste em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face do balanço, são:

- Salvar a capacidade da Finangeste de continuar como a sua actividade e assim proporcionar retornos para os accionistas e benefícios para outros *stakeholders*; e
- Manter uma sólida estrutura de capital para apoiar o desenvolvimento do seu negócio.

Refira-se que a Finangeste não se encontra obrigada por parte da Entidade de Supervisão a cumprir o rácio de solvabilidade mínimo de 8%.

NOTA 4 - RELATO POR SEGMENTOS

A Finangeste tem como actividade a recuperação de créditos, sendo desenvolvida na totalidade no mercado Português.

NOTA 5 – MARGEM FINANCEIRA

A Margem financeira apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Juros e encargos similares		
Juros de recursos de outras Instituições de Crédito	7.588	22.648
	<u>7.588</u>	<u>22.648</u>
Juros e rendimentos similares		
Juros de disponibilidades em outras instituições de crédito	947	7.945
Juros de aplicações em outras instituições monetárias	293.416	617.629
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	-	2.536
Juros de devedores e outras aplicações	1.155.205	1.899.901
Outros juros e rendimentos similares	149.432	866.783
	<u>1.599.000</u>	<u>3.394.794</u>
Margem financeira	<u>1.591.412</u>	<u>3.372.146</u>

As rubricas Juros de devedores e outras aplicações e Outros juros e rendimentos similares incluem os juros regularizados na sequência dos processos de recuperação de crédito e juros vencidos, bem como os montantes referentes às indexações das prestações em dívida por parte do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado – Capital Real I decorrentes da alienação de participações financeiras.

NOTA 6 – COMISSÕES LÍQUIDAS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Outras comissões recebidas		
Outras comissões recebidas	22.526	31.970
	<u>22.526</u>	<u>31.970</u>
Outras comissões pagas		
Por garantias recebidas	(12.808)	(20.198)
Por serviços bancários prestados por terceiros	(5.750)	(14.064)
Outras comissões pagas	(2.496)	(8.022)
	<u>(21.054)</u>	<u>(42.284)</u>
	<u>1.472</u>	<u>(10.314)</u>

O valor registado na rubrica Outras comissões recebidas diz respeito à comissão relacionada com o processo de recuperação de créditos da Caixa Económica Açoreana, no âmbito do acordo com o Banco de Portugal.

NOTA 7 – RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Ganhos e perdas em activos disponíveis para venda		
Instrumentos de capital	(74.720)	1.890.305

O saldo a 31 de Dezembro de 2009 apresentado na rubrica de Ganhos e perdas em activos disponíveis para venda corresponde às perdas assumidas na venda das acções detidas pela Finangeste sobre a sociedade VAA – Vista Alegre Atlantis, SGPS.

O saldo apresentado a 31 de Dezembro de 2008 na rubrica acima inclui os ganhos na venda de acções das sociedades Hotal, SA, Companhia da Moagem de Abrantes, SA e Fina-Petrangol.

NOTA 8 – RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Ganhos em activos não financeiros	421.804	125.382

O saldo acima apresentado com referência a 31 de Dezembro de 2009 corresponde às mais-valias resultantes da alienação de imóveis detidos pela Finangeste em Valongo, Celorico de Basto e Matosinhos.

NOTA 9 – OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Outros custos de exploração		
Outros impostos indirectos	99.082	146.915
Outros impostos directos	96.173	26.429
Quotizações	1.972	2.058
Mecenato	10.905	10.858
Ofertas	6.952	6.661
Perdas em investimentos em filiais e emp.conjuntos	-	12.109
Perdas em activos não financeiros	34.735	1.481
Outros encargos e gastos operacionais	3.268	13.254
	<u>253.087</u>	<u>219.765</u>
Outros proveitos de exploração		
Outros ganhos e rendimentos operacionais	4.415.411	3.200.018
	<u>4.415.411</u>	<u>3.200.018</u>
Outros resultados de exploração	<u>4.162.324</u>	<u>2.980.253</u>

A rubrica de Outros impostos indirectos inclui o IVA suportado no valor de €92.088 (2008: €144.744) decorrente da Sociedade ter uma actividade essencialmente não sujeita a IVA.



Desta forma, a quase totalidade do IVA suportado não é dedutível tendo de ser registado como um custo da Sociedade.

A rubrica de Outros impostos directos refere-se ao IMI no valor de €96.173 (2008/€26.429).

Os Outros ganhos e rendimentos operacionais apresentam a seguinte decomposição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Capital excedente	3.252.227	2.265.111
Rendimentos da prestação de diversos serviços	105.060	108.493
Rendas de edifícios	116.448	90.931
Reembolso de despesas	31.472	33.383
Recuperação de créditos incobráveis	710.297	492.809
Excesso de estimativa para impostos	79.251	2.087
Diversos	120.656	207.204
	<u>4.415.411</u>	<u>3.200.018</u>

O montante apresentado em Capital excedente diz respeito ao valor recuperado pela Finangeste para além do valor de aquisição do crédito vencido, no âmbito da sua actividade de aquisição e recuperação de crédito vencido.

NOTA 10 – CUSTOS COM O PESSOAL




Esta rubrica decompõe-se como segue:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Remunerações dos órgãos de gestão e de fiscalização	554.095	535.159
Remuneração de empregados	745.298	670.818
Encargos sociais obrigatórios	301.622	275.612
Outros custos com pessoal	44.729	43.612
	<u>1.645.744</u>	<u>1.525.201</u>

O quadro dos trabalhadores ao Serviço da Sociedade em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 encontrava-se distribuído pelas seguintes grandes categorias profissionais:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Órgãos de Gestão		
Executivos	3	3
Não executivos	2	2
Conselho Fiscal ^(*)	2	2
Quadros directivos e técnicos	7	5
Outro pessoal	10	10
	<u>24</u>	<u>22</u>

(*) Não inclui o Revisor Oficial de Contas

NOTA 11 – GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

A rubrica decompõe-se como segue:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Gastos gerais administrativos		
Com fornecimentos		
Água, energia e combustíveis	39.917	46.450
Publicações	7.226	7.209
Material de consumo corrente	19.743	20.209
Material de higiene e limpeza	4.278	3.425
Outros fornecimentos de terceiros	3.759	1.456
Com serviços		
Rendas e alugueres	56.249	54.839
Comunicações	30.624	31.536
Deslocações, estadas e representação	108.132	116.199
Publicidade e edição de publicações	6.889	20.486
Conservação e reparação	79.590	64.398
Transportes	2.075	2.560
Formação de pessoal	12.403	9.701
Seguros	14.928	17.189
Serviços especializados	461.130	452.539
Outros serviços de terceiros	76.242	50.960
	<u>923.185</u>	<u>899.156</u>



tb

A rubrica de Serviços especializados inclui custos incorridos com advogados externos, serviços de contencioso e notariado, despesas judiciais, auditores independentes e assistência contabilística.

NOTA 12 – IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS

Os lucros apurados pela Sociedade são tributados em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas e correspondente derrama. O pagamento dos impostos sobre lucros é efectuado com base em declarações de autoliquidação que ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante um período de quatro anos contado a partir do exercício a que respeitam.





	<u>31-Dez-2009</u>	<u>31-Dez-2008</u>
<u>Apuramento do Imposto sobre o rendimento</u>		
Resultado antes de impostos	4.367.917	5.932.522
Provisões não aceites fiscalmente	8.167.441	7.309.242
Mais-valias fiscais	16.793	-
Mais-valias contabilísticas	(17.514)	-
Menos-valias fiscais	(62.523)	(1.481)
Menos-valias contabilísticas	74.720	1.481
Custos com o Fundo de Pensões e Prémios de Antiguidade	60.283	53.364
Resultado da liquidação de participadas	-	12.108
Valores patrimoniais (regime transitório)	94.441	15.588
Contribuições para Fundo de Pensões e Prémios de Antiguidade Pagos	(64.456)	(22.960)
Restituição de impostos não dedutíveis	-	(183.344)
Redução de provisões tributadas	(7.898.956)	(2.362.032)
Outros	46.264	61.269
	<u>4.784.410</u>	<u>10.815.757</u>
Rendimento tributável		
Imposto sobre o rendimento (1)	<u>1.266.306</u>	<u>2.866.176</u>
Despesas tributadas autonomamente (2)	17.341	24.163
Imposto sobre o rendimento	<u>1.283.647</u>	<u>2.890.339</u>
<u>Reconciliação entre o custo do exercício e o saldo em balanço</u>		
Imposto sobre o rendimento		
- Reconhecimento como custo no exercício (1) + (2)	1.283.647	2.890.339
- Menos: Pagamentos por conta e especial por conta	1.973.964	616.025
- Menos: Retenções na fonte	15.430	13.663
- Saldo corrente a pagar/(receber) (ver Notas 19 e 22)	<u>(705.747)</u>	<u>2.260.651</u>



Os impostos diferidos activos e passivos são registados quando existe uma diferença temporária ente o valor de um activo ou passivo e a sua base de tributação. O seu valor corresponde ao valor do imposto a recuperar ou pagar em períodos futuros. Os impostos diferidos activos e passivos foram calculados com base nas taxas fiscais em vigor para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o valor dos impostos diferidos activos e passivos registados no balanço é como segue:

	<u>31-Dez-2009</u>	<u>31-Dez-2008</u>
Impostos diferidos		
Activos	4.180.707	4.107.568
Passivos	(5.444)	(21.117)
	<u>4.175.263</u>	<u>4.086.451</u>
Registados por contrapartida de :		
Resultado do exercício	78.854	1.497.102
Reserva de reavaliação	9.958	(399)
	<u>88.812</u>	<u>1.496.703</u>



Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais a utilizar futuramente.

O movimento ocorrido em impostos diferidos apresenta-se como segue:

Descrição	31-Dez-08 Saldo inicial	Reservas	Resultados	31-Dez-09 Saldo final
Activos por impostos diferidos				
Provisão para crédito vencido	3.907.304	-	(40.596)	3.866.708
Provisões para garantias e comp. assumidos	129.292	-	-	129.292
Activos Intangíveis	1.373	-	(686)	687
Prémio antiguidade ACTV	27.128	-	1.244	28.372
Pensões de reforma	15.747	-	(3.949)	11.798
Imparidade de imóveis	-	-	117.126	117.126
Imparidade de outros activos	26.724	-	-	26.724
	4.107.568	-	73.139	4.180.707

Descrição	31-Dez-08 Saldo inicial	Reservas	Resultados	31-Dez-09 Saldo final
Passivos por impostos diferidos				
Activos financeiros disponíveis para venda	(9.959)	9.959	-	-
Reversão de provisões para riscos gerais de crédito	(11.158)	-	5.714	(5.444)
	(21.117)	9.959	5.714	(5.444)

NOTA 13 – DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

A rubrica de Disponibilidades em outras instituições de crédito é constituída na íntegra por depósitos à ordem constituídos junto de outras instituições de crédito no país e são denominados em Euros.

Pelo facto do saldo apresentado ser constituído por depósitos à ordem e considerando que as taxas aplicáveis a estes activos são taxas de mercado, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

NOTA 14 – ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31-Dez-2009	31-Dez-2008
Instrumentos de capital		
Títulos cotados		
Acções emissores nacionais	-	1.880
Títulos não cotados		
De emissores nacionais		
Acções	51	461.010
Imparidade	(20)	(460.979)
Quotas	100.358	100.358
Imparidade	(100.358)	(100.358)
	31	1.911
	31	1.911



O movimento ocorrido nas imparidades e provisões durante o exercício de 2009 é apresentado na Nota 21.

Relativamente aos títulos cotados, a Finangeste alienou as acções que possuía da VAA – Vista Alegre SGPS(Fusão). Já no que concerne aos títulos não cotados, a Finangeste abateu à sua carteira os títulos que dispunha sobre a Sociedade Têxtil Flor do Campo, SA.

Em 31 de Dezembro de 2009 esta rubrica tem o seguinte detalhe:

Natureza e espécie de títulos	Quantidade	Valores unitários		Valor de aquisição	Valor de Balanço /Justo valor	Valias (+/-)	Imparidade
		Nominal	Cotação / preço				
Instrumentos de capital							
Emitidos por residentes							
Acções							
<i>Fomento - Soc. Gestão, SGPS</i>	38.633	1,25	-	31	31	-	-
<i>Gazeta das Aldeias</i>	8	0,05	-	-	-	-	-
<i>Incal - Ind. e Com. Alimentar</i>	7.264	1,13	-	5	5	-	(5)
<i>Sodimul - Soc. Com. e Turismo</i>	3.084	7,50	-	-	-	-	-
<i>Sonipol</i>	5.000	5,00	-	-	-	-	-
<i>Sorefame</i>	3	5,00	-	15	15	-	(15)
<i>Tobis Portuguesa</i>	44	5,00	-	-	-	-	-
				<u>51</u>	<u>51</u>	-	<u>(20)</u>
Quotas							
<i>Tovil - Tosel - Vidros Iluminação, Lda.</i>				49.880	49.880	-	(49.880)
<i>Tosel Vidro - Ind. de Vidro, Lda.</i>				100	100	-	(100)
<i>Tosel Tecn. - Prod. de Vidro Crist., Lda.</i>				100	100	-	(100)
<i>Toselpartes - Compon. em Metal, Lda.</i>				100	100	-	(100)
<i>Toseltrading - Com. Internacional, Lda.</i>				100	100	-	(100)
<i>Toselcade - Prod. de Cadeiras, Lda.</i>				100	100	-	(100)
<i>Toselite - Prod. de Iluminação, Lda.</i>				100	100	-	(100)
<i>Toselmóvel - Ind. Móveis Tosel, Lda.</i>				49.880	49.880	-	(49.880)
				<u>100.358</u>	<u>100.358</u>	-	<u>(100.358)</u>
				<u>100.409</u>	<u>100.409</u>	-	<u>(100.378)</u>

Os activos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital não cotados cujo justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade e como tal estão reconhecidos ao custo. À data de preparação das demonstrações financeiras a Finangeste não pretende alienar qualquer um dos investimentos.

No que respeita às menos-valias apuradas na alienação de activos financeiros detidos para venda, ver o detalhe apresentado na Nota 7.

Não existindo preços de mercado disponíveis para os investimentos mencionados e não sendo possível determinar o justo valor no período recorrendo a transacções comparáveis, a Finangeste não mensurou os instrumentos através de fluxos de caixa esperados descontados uma vez que estes não podem ser determinados com fiabilidade.



NOTA 15 – APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica inclui os depósitos a prazo constituídos junto de outras instituições de crédito no país, denominados em Euros. Apresenta a seguinte composição:

	<u>31-Dez-2009</u>	<u>31-Dez-2008</u>
Aplicações em Instituições de Crédito no País	4.083.533	15.455.520
Juros a receber	19.351	300.868
	<u>4.102.884</u>	<u>15.756.388</u>

O prazo residual destas operações, nas datas de Balanço, ou seja, em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, até à data de vencimento de cada aplicação apresenta-se como segue:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Até 3 meses	3.701.832	12.324.109
De 3 meses a 1 ano	401.052	3.432.279
	<u>4.102.884</u>	<u>15.756.388</u>

Em 31 de Dezembro de 2009 estas aplicações venciam juros a taxas nominais que se situavam entre 0,125% e 2,85% (2008: 0,125% e 6,53%).

Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

NOTA 16 – CRÉDITOS A CLIENTES

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>31-Dez-2009</u>	<u>31-Dez-2008</u>
Crédito e juros vencidos		
Crédito vencido	21.725.334	27.567.189
	21.725.334	27.567.189
Provisão para crédito vencido	(21.247.704)	(22.652.229)
	<u>477.630</u>	<u>4.914.960</u>



Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os movimentos registados no crédito e juros vencidos foram conforme segue:

	<u>31-Dez-08</u>	<u>Aquisições</u>	<u>Anulações</u>	<u>Recuperações</u>	<u>31-Dez-09</u>
Crédito cedido por outras entidades	27.567.189	5.600.000	(77)	(11.441.778)	21.725.334
	<u>27.567.189</u>	<u>5.600.000</u>	<u>(77)</u>	<u>(11.441.778)</u>	<u>21.725.334</u>

	<u>31-Dez-07</u>	<u>Aquisições</u>	<u>Anulações</u>	<u>Recuperações</u>	<u>31-Dez-08</u>
Crédito cedido por outras entidades	37.497.997	6.250.000	(8.389.544)	(7.791.264)	27.567.189
	<u>37.497.997</u>	<u>6.250.000</u>	<u>(8.389.544)</u>	<u>(7.791.264)</u>	<u>27.567.189</u>

Os movimentos ocorridos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 nas Provisões para crédito vencido são apresentados na Nota 21.

A Sociedade encontra-se ainda a apurar o montante total do justo valor dos activos financeiros contabilizados nesta rubrica.



NOTA 17 – OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nos exercício findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 na rubrica de Outros activos tangíveis apresenta-se como segue:

	Outros activos tangíveis			Total
	Imóveis	Equipamento	Outros activos tangíveis	
Saldo em 1 de Janeiro de 2008				
Custo	55.370	759.525	98.453	913.348
Amortizações acumuladas	(11.480)	(557.520)	-	(569.000)
Valor líquido	<u>43.890</u>	<u>202.005</u>	<u>98.453</u>	<u>344.348</u>
Movimentos no exercício de 2008				
Saldo líquido de abertura	43.890	202.005	98.453	344.348
Adições	5.822	10.334	-	16.156
Abates	-	(9.796)	-	(9.796)
Reposição de amortizações	-	8.417	-	8.417
Amortizações do exercício	(6.119)	(106.242)	-	(112.361)
Saldo líquido de encerramento	<u>43.593</u>	<u>104.718</u>	<u>98.453</u>	<u>246.764</u>
Saldo em 31 de Dezembro de 2008				
Custo	61.192	760.063	98.453	919.708
Amortizações acumuladas	(17.599)	(655.345)	-	(672.944)
Valor líquido	<u>43.593</u>	<u>104.718</u>	<u>98.453</u>	<u>246.764</u>
Movimentos no exercício de 2009				
Saldo líquido de abertura	43.593	104.718	98.453	246.764
Adições	-	227.933	-	227.933
Abates	-	(66.975)	-	(66.975)
Venda	-	(83.571)	-	(83.571)
Reposição de amortizações	-	136.124	-	136.124
Amortizações do exercício	(6.119)	(122.100)	-	(128.219)
Saldo líquido de encerramento	<u>37.474</u>	<u>196.129</u>	<u>98.453</u>	<u>332.056</u>
Saldo em 31 de Dezembro de 2009				
Custo	61.192	837.450	98.453	997.095
Amortizações acumuladas	(23.718)	(641.321)	-	(665.039)
Valor líquido	<u>37.474</u>	<u>196.129</u>	<u>98.453</u>	<u>332.056</u>

NOTA 18 – INVESTIMENTOS EM FILIAIS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS


A rubrica de investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos decompõe-se como segue:

	Participação efectiva (%)		Valor de balanço	
	31-Dez-2009	31-Dez-2008	31-Dez-2009	31-Dez-2008
Investimentos em filiais				
Inturval - Desenvolvidos Urbanísticos, SA	100	100	1.009.012	1.458.695
Sociedade Imobiliária Solreis, SA	100	100	7.047.693	6.998.114
			<u>8.056.705</u>	<u>8.456.809</u>

Aquando da transição para as NCA a 1 de Janeiro de 2005, foram reclassificados para a rubrica de Investimento em filiais e empreendimentos conjuntos, um conjunto de valores registados em Créditos a clientes e Outros activos. Estes valores dizem respeito a verbas a receber no âmbito de processos de cessão de crédito, adiantamentos de valores e verbas atribuídas a título de prestações acessórias a filiais, que não tinham subjacente uma obrigação contratual, não apresentavam prazo de reembolso definido nem eram remunerados, sendo expectável que os mesmos só possam ser recuperados no momento da venda das respectivas filiais.

As participações detidas pela Sociedade em 31 de Dezembro de 2009 são analisadas como segue:

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Capital Social	Valor Aquisição	Valor Balanço
No país				
Investimentos em filiais				
Em outras empresas				
Acções				
Inturval - Desenv.Urb.de Lisboa, SA	10.000	50.000	1.009.011	1.009.012
Sociedade Imobiliária Solreis, SA	10.000	50.000	1.387.617	7.047.693
Total		100.000	2.396.628	8.056.705



NOTA 19 – ACTIVOS POR IMPOSTOS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31-Dez-2009	31-Dez-2008
Impostos correntes:		
IRC a recuperar	705.747	-
	<u>705.747</u>	<u>-</u>
Impostos diferidos:		
Impostos diferidos activos	4.180.707	4.107.568
	<u>4.180.707</u>	<u>4.107.568</u>

NOTA 20 – OUTROS ACTIVOS

A rubrica de Outros activos apresenta a seguinte decomposição:



	<u>31-Dez-2009</u>	<u>31-Dez-2008</u>
Devedores e outras aplicações		
Devedores diversos - conta corrente	23.929.446	28.639.700
Devedores diversos - cauções	321	321
Provisões para cobrança duvidosa	(100.845)	(100.845)
Rendimentos a receber		
Comissões	83	242
Juros	691.242	670.013
Rendas	9.912	-
Despesas com encargo diferido		
Seguros	12.068	10.848
Outras	7.681	8.239
Outras contas de regularização		
Imobilizado a aguardar escritura	283.000	1.230.716
Adiantamentos para preparos	54.803	37.521
Caixa Económica Açoreana	34.663	22.172
Projecto J.M.& Fernandes	8.128.378	5.976.758
Outras	255.232	208.532
Outros activos		
Imóveis recebidos em dação ou por via judicial	37.695.590	17.343.257
Receitas com rendimento diferido	(12.428.562)	-
Imparidade acumulada	(441.986)	-
	<u>58.131.026</u>	<u>54.047.474</u>

A verba apresentada em Devedores diversos – conta corrente diz respeito, nomeadamente, às prestações ainda em dívida de Fadesa Portugal, SA e do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado – Capital Real I.

O valor registado na rubrica Imóveis a aguardar escritura diz respeito à aquisição de prédios designados por Valongo.

O valor de Outras contas de regularização - Projecto J. M. & Fernandes inclui activos pertencentes à Finangeste no âmbito de um empreendimento em conjunto com aquela entidade.

Os Imóveis recebidos em dação são activos resultantes do processo de recuperação de créditos vencidos. Tais bens vieram à posse da Finangeste através de processos de arrematação judicial ou através de contratos de dação. O aumento do saldo desta rubrica face a 31 de Dezembro de 2008 fica a dever-se ao efeito líquido da aquisição de imóveis através da assinatura de contratos de dação em cumprimento ou de aquisição por via judicial por um montante total de cerca de €22.362 milhares e da alienação de imóveis cujo valor de aquisição ascendia a €2.010 milhares.

Conforme referido na Nota 2.5, na rubrica Receitas com rendimento diferido encontra-se registada a diferença apurada entre o valor de entrada do imóvel recebido em dação (tendo por base o valor atribuído pelo tribunal ou o registado no contrato de dação) e o valor de aquisição do crédito vencido subjacente à operação. Em 31 de Dezembro de 2008, este saldo encontrava-se incluído na rubrica Outros passivos (ver Nota 23).

Considerando os prazos associados aos instrumentos financeiros contabilizados na rubrica Outros activos (€24.094 milhares, 31 de Dezembro de 2008: €28.562 milhares), considera-se como uma estimativa razoável do respectivo justo valor o montante de €22.912 milhares (31 de Dezembro de 2008: €26.089 milhares).



NOTA 21 – PROVISÕES E IMPARIDADES

Os movimentos registados nas imparidades e provisões da Finangeste durante o semestre findo em 31 de Dezembro de 2009 e do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 foram conforme segue:

	Saldo em 31-Dez-2008	Aumentos	Utilizações	Reposições/ Reversões	Saldo em 31-Dez-2009
Imparidade em activos fin. disp. p/ venda (ver Nota 24)	561.337	-	(460.959)	-	100.378
Provisões específicas p/ crédito a clientes	22.652.229	7.744.234	(77)	(9.148.682)	21.247.704
Imparidade em investimentos em filiais	-	-	-	-	-
Imparidade em outros activos (ver Nota 20)	100.845	441.985	-	-	542.830
Provisões para riscos gerais de crédito	1.642	1.220	-	(1.530)	1.332
Provisões para garantias e comp. assumidos	487.893	-	-	-	487.893
Outras provisões	62.918	-	-	-	62.918
	<u>23.866.864</u>	<u>8.187.439</u>	<u>(461.036)</u>	<u>(9.150.212)</u>	<u>22.443.055</u>

	Saldo em 31-Dez-2007	Aumentos	Utilizações	Reposições/ Reversões	Saldo em 31-Dez-2008
Imparidade em activos fin. disp. p/ venda	572.346	-	-	(11.009)	561.337
Provisões específicas p/ crédito a clientes	30.790.651	7.157.444	(8.389.544)	(6.906.322)	22.652.229
Imparidade em investimentos em filiais	498.798	-	-	(498.798)	-
Imparidade em outros activos	-	100.845	-	-	100.845
Provisões para riscos gerais de crédito	2.666	953	-	(1.977)	1.642
Provisões para garantias e comp. assumidos	490.393	-	-	(2.500)	487.893
Outras provisões	200.000	50.000	(187.082)	-	62.918
	<u>32.554.854</u>	<u>7.309.242</u>	<u>(8.576.626)</u>	<u>(7.420.606)</u>	<u>23.866.864</u>

A Provisão para crédito vencido é baseada na avaliação dos créditos vencidos e créditos objecto de acordos de reestruturação, destinando-se a cobrir riscos específicos de cobrança, sendo apresentada como dedução ao crédito concedido.

A movimentação das Provisões para Crédito e juros vencidos no exercício de 2009 é analisada da seguinte forma:

- i) o reforço de provisões refere-se à reclassificação por classes de risco dos créditos adquiridos em exercícios anteriores, bem como à constituição de provisões para os créditos adquiridos no decorrer deste exercício;
- ii) a reposição e a utilização de provisões dizem respeito aos créditos que foram alvo de recuperação no decorrer do exercício e, bem assim, os abatidos ao Activo.



NOTA 22 – PASSIVOS POR IMPOSTOS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>31-Dez-2009</u>	<u>31-Dez-2008</u>
Impostos correntes:		
IRC a pagar	-	2.260.651
	-	2.260.651
Impostos diferidos:		
Impostos diferidos passivos	5.444	21.117
	<u>5.444</u>	<u>21.117</u>

NOTA 23 – OUTROS PASSIVOS

A rubrica de Outros passivos apresenta a seguinte decomposição:

	<u>31-Dez-2009</u>	<u>31-Dez-2008</u>
Credores e outros recursos:		
Sector público administrativo		
IVA a pagar	45.787	42.369
Retenção de impostos na fonte (IRS)	24.551	21.620
Imposto do selo	159	475
Contribuições para a Segurança Social	21.589	9.949
Cobranças por conta de terceiros		
Sindicatos	327	351
Contribuições para outros sistemas de saúde		
SAMS (*)	3.872	3.745
Credores diversos		
Fornecedores	561.036	23.707
Outros credores	5.491	5.049.948
Fundo de Pensões		
Responsabilidades totais	692.881	673.432
Valor patrimonial do fundo	(697.600)	(648.829)
Desvios actuariais	72.736	60.013
Outros encargos a pagar		
Por gastos com o pessoal	449.781	433.536
Outros encargos a pagar	116.486	58.696
Receitas com rendimento diferido		
Outras receitas com rendimento diferido	12.058	3.691.961
Operações passivas a regularizar		
Conta adiantamentos	888.486	583.986
Banco de Portugal - Caixa Económica Açoreana	890.691	1.422.725
Projecto J.M.& Fernandes	885.815	885.815
Outras operações passivas a regularizar	22.071	14.839
	<u>3.996.217</u>	<u>12.328.338</u>

* Apesar da Finangeste não estar abrangida pelo ACTV, os seus empregados aderiram ao plano de saúde dos bancários efectuando assim as respectivas contribuições para o SAMS.

O saldo apresentado em 31 de Dezembro de 2008, em Credores diversos – Outros credores inclui € 4600 milhares e €250 milhares, em dívida ao Banco Santander Totta e ao Banco Comercial Português, tendo sido liquidados no exercício de 2009.

Conforme referido nas Notas 2.5 e 20, o saldo da rubrica Receitas com rendimento diferido – Outras receitas respeitante à diferença entre o valor atribuído ao imóvel e o



valor de aquisição do crédito vencido, a 31 de Dezembro de 2008, encontrava-se registado em Outros passivos, tendo passado a ser considerado a deduzir à rubrica Outros activos a 31 de Dezembro de 2009.

O saldo de Outros encargos a pagar com gastos com o pessoal é constituído pelas responsabilidades com o pessoal no que respeita ao mês de férias, às mensualizações relativas ao subsídio de férias, aos prémios a pagar e às responsabilidades por serviços passados relacionados com prémios de antiguidade.

O saldo apresentado na rubrica Operações passivas a regularizar – Projecto J.M.& Fernandes diz respeito a uma caução prestada pela J. M. & Fernandes relativa à sua participação no empreendimento conjunto com a Finangeste.

Considerando os prazos curtos associados aos instrumentos financeiros contabilizados na rubrica Outros passivos (€1.457 milhares, 31 de Dezembro de 2008: €2.120 milhares), considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

NOTA 24 – RESPONSABILIDADES COM PENSÕES E OUTROS BENEFÍCIOS

Complemento de Pensões de Reforma

As responsabilidades por serviços passados com complementos de pensões de reforma de Colaboradores ao serviço da Finangeste cuja cobertura se encontra assegurada por um fundo de pensões são calculadas em conformidade com o estabelecido no IAS 19 – Benefícios dos Empregados.

A BPI Pensões é a entidade gestora do Fundo de Pensões responsável pela elaboração das avaliações actuariais necessárias ao cálculo das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência bem como a de gerir o fundo de pensões respectivo. As avaliações actuariais têm por base o Método de Crédito da Unidade Projectada e considerando os seguintes pressupostos actuariais e financeiros:

	Pressupostos		Verificados	
	31-Dez-09	31-Dez-08	31-Dez-09	31-Dez-08
Hipóteses financeiras				
Taxa de desconto	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%
Taxa de crescimento salarial	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
Taxa de crescimento das pensões	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
Hipóteses demográficas				
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de rotação do pessoal	Não	Não	Não utilizada	Não
Idade normal da reforma	65 anos	65 anos	65 anos	65 anos
População	(A)	(A)	(A)	(A)

Métodos de valorização actuarial: Método de Crédito da Unidade Projectada

(A) - Considerou-se que 70% dos colaboradores estarão casados quando atingirem a idade normal de reforma e que as mulheres são 3 anos mais novas que os respectivos cônjuges.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a Finangeste tem, respectivamente, 17 e 15 participantes no Fundo de Pensões BPI, não sendo nenhum pensionista ou reformado.



Nas mesmas datas, as responsabilidades por serviços passados e respectiva cobertura do Fundo de Pensões resume-se como segue:

	<u>31-Dez-2009</u>	<u>31-Dez-2008</u>
Responsabilidades totais por serviços passados		
Responsab. por serviços passados de colab. no activo	692.881	601.418
	<u>692.881</u>	<u>601.418</u>
Situação patrimonial do fundo de pensões		
Situação inicial	608.103	601.144
Contribuições para o fundo de pensões	57.020	22.960
Rendimento esperado do fundo de pensões	30.406	30.020
Desvio actuarial	2.071	(46.021)
	<u>697.600</u>	<u>608.103</u>
Excesso/(Insuficiência) de cobertura	<u>4.719</u>	<u>6.685</u>

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde podem ser analisadas como segue:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Responsabilidades no início do exercício	601.418	601.144
Custo do serviço corrente	37.388	40.220
Custo dos juros	35.134	32.068
(Ganhos) e perdas actuariais nas responsabilidades	18.941	(72.014)
Responsabilidades no fim do período	<u>692.881</u>	<u>601.418</u>

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os montantes reconhecidos na demonstração de resultados da Finangeste relacionados com a cobertura de responsabilidades com pensões resumem-se como segue:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Custo do serviço corrente	37.388	40.220
Custo dos juros	35.134	32.068
Rendimento esperado do fundo de pensões	(30.406)	(30.020)
	<u>42.116</u>	<u>42.268</u>

Em 31 de Dezembro de 2009, o saldo acumulado dos desvios actuariais diferidos em balanço, no valor de €72.736, encontra-se fora do *corredor* no montante de €2.976.



Prémio de antiguidade

O montante das responsabilidades com serviços passados relativos ao prémio de antiguidade a 31 de Dezembro de 2009 e 2008 ascende a €107.066 e €102.368, respectivamente. Estas responsabilidades encontram-se registadas na rubrica Outros encargos a pagar por gastos com o pessoal. O acréscimo anual de responsabilidades em 2009 e 2008, de €12.134 e €11.096, respectivamente, foi registado por contrapartida de resultados do exercício na rubrica de Custos com o pessoal.

NOTA 25 – CAPITAL, PRÉMIOS DE EMISSÃO, RESERVAS DE REAVALIAÇÃO E OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Capital

O capital social da Finangeste é de €27.669.380, encontrando-se representado por 5.533.876 acções de €5 cada e está totalmente realizado. Em 31 de Dezembro de 2009, os accionistas da Finangeste resumem-se da seguinte forma:

<u>Accionistas</u>	<u>Nº de Acções</u>	<u>%</u>
Banco de Portugal	2.459.375	44,442%
Banco BPI, SA	1.814.125	32,782%
Banco Comercial Português, SA	776.625	14,034%
Caixa Geral de Depósitos, SA	247.375	4,470%
Banco Millenium BCP Investimento, SA	97.875	1,769%
Banco Santander Totta, SA	87.850	1,588%
Banco Espírito Santo, SA	36.875	0,666%
Barclays Bank PLC - Sucursal em Portugal	6.800	0,123%
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), SA	6.350	0,114%
Banco Internacional do Funchal, SA	526	0,010%
Banco Popular Portugal	100	0,002%
	<u>5.533.876</u>	<u>100,000%</u>

No decorrer do exercício de 2009 não houve qualquer alteração na estrutura accionista e capital social.

Prémios de emissão

Nos termos da Portaria n.º 408/99, de 4 de Junho, publicada no Diário da República - I Série B, n.º 129, os prémios de emissão não podem ser utilizados para a atribuição de dividendos nem para a aquisição de acções próprias.

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 não se procedeu a qualquer emissão ou reembolso de acções representativas do capital social.



Reservas de reavaliação

A rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>31-Dez-2009</u>	<u>31-Dez-2008</u>
Reservas resultantes da valorização ao justo valor de activos financeiros disponíveis para venda		
Instrumentos de capital	-	(75.158)
Impostos diferidos	-	(10.348)
Reservas de reavaliação legais	<u>48.209</u>	<u>48.209</u>
	<u>48.209</u>	<u>(37.297)</u>

Outras reservas e resultados transitados

A rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>31-Dez-2009</u>	<u>31-Dez-2008</u>
Reserva legal	6.324.554	5.870.626
Outras reservas	34.610.974	34.610.974
Resultados transitados	<u>(62.238)</u>	<u>(62.238)</u>
	<u>40.873.290</u>	<u>40.419.362</u>

Os movimentos ocorridos nas rubricas de reservas e resultados transitados foram os seguintes:

	<u>31-Dez-2009</u>	<u>31-Dez-2008</u>
Outras reservas		
Saldo de abertura	34.610.974	17.486.034
Transferência de Resultados Transitados	-	17.124.940
Saldo fecho	<u>34.610.974</u>	<u>34.610.974</u>
Reserva Legal		
Saldo abertura	5.870.626	3.967.855
Transferência de Resultados Transitados	453.928	1.902.771
Saldo fecho	<u>6.324.554</u>	<u>5.870.626</u>
Resultados Transitados		
Saldo abertura	(62.238)	(62.238)
Resultado líquido do exercício anterior	4.539.285	19.027.711
Transferência para reserva legal	(453.928)	(1.902.771)
Transferência para outras reservas	-	(17.124.940)
Pagamento de dividendos	<u>(4.085.357)</u>	<u>-</u>
	<u>(62.238)</u>	<u>(62.238)</u>

Nos termos do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (Artº 97º e Artº 196º), a Sociedade deverá reforçar anualmente a Reserva legal em pelo menos 10% dos lucros líquidos anuais, até à concorrência do capital. Esta reserva não está disponível para distribuição, apenas podendo ser utilizada para absorver prejuízos futuros e para aumentar o capital.

NOTA 28 – CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

As rubricas extrapatrimoniais apresentam a seguinte decomposição:

	<u>31-Dez-2009</u>	<u>31-Dez-2008</u>
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	33.533	33.533
Garantias recebidas	179.422.853	179.206.120
Compromissos perante terceiros	3.535.622	5.632.978
Responsabilidade por prestação de serviços	81.455.084	83.809.896
Serviços prestados por terceiros	1.926.132	3.227.574
Outras contas extrapatrimoniais	288.718.729	311.052.232

As Garantias prestadas e outros serviços eventuais dizem respeito a Activos dados em garantia a tribunais por acções que neles decorrem.

A rubrica Garantias recebidas apresenta a seguinte decomposição:

	<u>31-Dez-2009</u>	<u>31-Dez-2008</u>
Garantias bancárias	23.801.715	31.301.715
Garantias pessoais	5.164.483	5.360.722
Penhores	4.007.399	4.007.399
Hipotecas	146.449.256	138.536.284
	<u>179.422.853</u>	<u>179.206.120</u>

Os compromissos perante terceiros dizem respeito a compromissos assumidos perante câmaras municipais no âmbito de obras com infra-estruturas.

As Responsabilidades por prestação de serviços referem-se aos activos e passivos geridos pela Finangeste em nome do Banco de Portugal no âmbito do processo da Caixa Económica Açoreana (ver nota 2.7), que se resumem como segue:

	<u>31-Dez-2009</u>	<u>31-Dez-2008</u>
Crédito vencido	80.121.538	80.832.568
Prédios rústicos e urbanos	1.017.860	2.674.134
Títulos da dívida pública	429	429
Outras obrigações	267.916	267.916
Acções emitidas por residentes	12.642	12.642
Despesas ocorridas após 15/12/2008	34.699	22.207
	<u>81.455.084</u>	<u>83.809.896</u>

A rubrica Serviços prestados por terceiros inclui os títulos depositados noutras instituições financeiras.



FINANGESTE

As Outras contas extrapatrimoniais decompõem-se como segue:

	<u>31-Dez-2009</u>	<u>31-Dez-2008</u>
Créditos abatidos ao activo	94.353.069	94.353.069
Juros vencidos	1.358.634	1.358.634
Despesas de crédito vencido	7.037.147	7.037.147
Valor nominal do crédito adquirido	175.349.284	199.020.735
Títulos abatidos das ex-colónias	4.110.019	4.110.019
Cheques pré-datados	90.253	64.222
Acordos celebrados	4.728.305	4.593.887
Títulos em depósito	1.691.451	514.519
Rendas depositadas	567	-
	<u>288.718.729</u>	<u>311.052.232</u>

NOTA 29 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2009, as entidades relacionadas da Finangeste são as seguintes:

(1) – Accionistas

Ver Nota 25.

(2) – Outras empresas relacionadas

INTURVAL – Desenvolvimentos Urbanísticos, SA
Sociedade Imobiliária Solreis, SA

(3) Membros do Conselho de Administração

Eng.º Joaquim Serrão da Silva Correia	Presidente
Dr. Rui Carreira Madeira	Vogal
Dr. Francisco Maria Freitas de Moraes Sarmiento Ramalho	Vogal
Dr. Abel Pinto dos Reis	Vogal
Dra. Helena Maria da Anunciação Franco Bebiano	Vogal

A FINANGESTE não concede empréstimos aos Membros do seu Conselho de Administração, do seu Conselho Fiscal e ao seu pessoal.

Não são atribuídos quaisquer benefícios, para além dos regulamentares, aos Membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e ao seu pessoal.

No que respeita à remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, ver a Nota 31.



Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o montante global dos activos, passivos, custos e proveitos e responsabilidades extrapatrimoniais relativos a operações realizadas com entidades relacionadas da Finangeste têm a seguinte decomposição:

31 de Dezembro de 2009				
	Accio- nistas	Empresas filiais	Membros do Conselho de Administração	Total
Activo				
Aplicações financeiras	1.578.692	-	-	1.578.692
Participações financeiras	-	8.056.705	-	8.056.705
Operações activas a regularizar	34.663	-	-	34.663
	<u>1.613.355</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>9.670.060</u>
Passivo				
Operações passivas a regularizar	895.691	-	-	895.691
Outros valores a pagar	5.491	-	-	5.491
	<u>901.182</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>901.182</u>
Proveitos				
Juros e rendimentos similares	230.018	-	-	230.018
Comissões recebidas	22.526	105.060	-	127.586
	<u>252.544</u>	<u>105.060</u>	<u>-</u>	<u>357.604</u>
Custos				
Juros e encargos similares	7.588	-	-	7.588
Comissões pagas	12.808	-	-	12.808
	<u>20.396</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>20.396</u>
Extrapatrimoniais				
Respons. por prestação de serviço	81.455.084	-	-	81.455.084
Depósitos e guarda de valores	179.865	-	-	179.865
	<u>81.634.949</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>81.634.949</u>



31 de Dezembro de 2008				
	Accio- nistas	Empresas filiais	Membros do Conselho de Administração	Total
Activo				
Aplicações financeiras	9.226.186	-	-	9.226.186
Participações financeiras	-	8.456.809	-	8.456.809
Operações activas a regularizar	22.172	-	-	22.172
	<u>9.248.358</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>17.705.167</u>
Passivo				
Operações passivas a regularizar	1.422.725	-	-	1.422.725
Outros valores a pagar	5.050.723	-	-	5.050.723
	<u>6.473.448</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.473.448</u>
Proveitos				
Juros e rendimentos similares	6.705	-	-	6.705
Comissões recebidas	31.971	108.493	-	140.464
	<u>38.676</u>	<u>108.493</u>	<u>-</u>	<u>147.169</u>
Custos				
Juros e encargos similares	22.648	-	-	22.648
Comissões pagas	20.198	-	-	20.198
	<u>42.846</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>42.846</u>
Extrapatrimoniais				
Respons. por prestação de serviço	83.809.896	-	-	83.809.896
Depósitos e guarda de valores	674.457	-	-	674.457
	<u>84.484.353</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>84.484.353</u>





FINANGEST

NOTA 30 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para efeitos do cálculo da demonstração de fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem as seguintes componentes:

	<u>31-Dez-2009</u>	<u>31-Dez-2008</u>
Aplicações em instituições de crédito	2.028.183	865.185
Disponibilidades em outras instituições de crédito no país	450.757	351.164
Numerário	2.012	2.000
	<u>2.480.952</u>	<u>1.218.349</u>

De referir que foram incluídos neste agregado as Aplicações em instituições de crédito com maturidade igual ou inferior a três meses a contar da data de contratação (ver Nota 2.11).

NOTA 31 – REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO

A remuneração dos membros dos órgãos de administração é determinada numa base anual pela Comissão de Vencimentos.

A componente variável da sua remuneração é determinada, no início de cada exercício, em função do objectivo estratégico para esse exercício constante do Plano de Actividades e Financeiro da Sociedade.

O montante anual das remunerações ilíquidas (componente fixa e variável) auferido pelos membros dos órgãos de administração e de fiscalização no exercício de 2009 é conforme segue:

Conselho de Administração

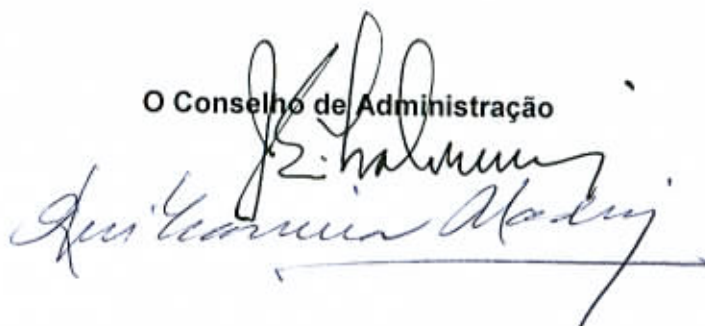
Dr. Alberto Heleno do Nascimento Regueira (Presidente em funções até 30 de Abril de 2009)	96.263
Eng. Joaquim Silva Correia (Presidente em funções a partir de 1 de Maio de 2009)	94.124
Dr. Rui Carreira Madeira (Vogal)	150.830
Dr. Francisco Maria Freitas de Moraes Sarmiento Ramalho (Vogal)	151.782
Dr. Abel Pinto dos Reis (Vogal não executivo)	33.281
Dra. Helena Maria da Anunciação Franco Bebianco (Vogal não executivo)	-
	<u>526.280</u>

<u>Conselho de Fiscal</u>	
Dr. Gabriel Fernandes (Presidente)	13.290
Dr. Crisóstomo Aquino de Barros (Vogal)	9.967
J. M. Almeida & Saskia Lopes – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas	25.327
	<u>48.584</u>

O Responsável da Contabilidade



O Conselho de Administração





Helena Maria Betmaro

V - RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

Relatório de Auditoria

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras da Finangeste – Empresa Financeira de Gestão e Desenvolvimento, SA, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2009 (que evidencia um total de €76.439.555 e um total de capital próprio de €71.885.752, incluindo um resultado líquido de €3.163.124), as Demonstrações dos resultados, de alterações no capital próprio, dos fluxos de caixa e do rendimento integral do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos. Estas demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas introduzidas pelo Aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal, as quais têm por base as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") em vigor, tal como adoptadas pela União Europeia, com as excepções referidas nos Avisos nº 1/2005, nº 4/2005, nº 7/2008 e nº 11/2008 do Banco de Portugal.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, as alterações no seu capital próprio, o rendimento integral das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.



Finangeste – Empresa Financeira de Gestão e Desenvolvimento, SA

5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Finangeste – Empresa Financeira de Gestão e Desenvolvimento, SA em 31 de Dezembro de 2009, o rendimento integral das suas operações, os fluxos de caixa e as alterações no seu capital próprio, no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas introduzidas pelo Banco de Portugal.

Lisboa, 25 de Fevereiro de 2010

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
representada por:


António Alberto Henriques Assis, R.O.C.

VI - CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **FINANGESTE – Empresa Financeira de Gestão e Desenvolvimento, SA** em 31 de Dezembro de 2009, o resultado das suas operações, os fluxos de caixa, as alterações nos capitais próprios e as notas anexas referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas definidas pelo Banco de Portugal.

Lisboa, 23 de Fevereiro de 2010

J. M. Almeida, Saskia Lopes & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda


J. M. Almeida, Saskia Lopes & Associados, SROC, Ld.^a
representada por José Manuel de Almeida, ROC 517

VII - RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

CONSELHO FISCAL

EXERCÍCIO DE 2009



Exmos. Senhores Accionistas:

No cumprimento do disposto na alínea g) do n.º 1 do art.º 420.º do Código das Sociedades Comerciais, vimos apresentar o nosso Relatório e dar Parecer sobre o Relatório de gestão, Balanço, Contas e Proposta de aplicação de resultados que nos foram apresentados pelo Conselho de Administração da FINANGESTE – EMPRESA FINANCEIRA DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO, S.A., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.

RELATÓRIO

No desempenho das suas funções, o Conselho Fiscal reuniu mensalmente, tendo acompanhado a actividade social e a evolução dos negócios da FINANGESTE, S.A., vigiando e zelando pela observação da lei e dos estatutos, obteve do membro revisor oficial de contas informações pormenorizadas sobre a regularidade e correcção dos registos contabilísticos, tendo-se inteirado, pela leitura das actas das respectivas reuniões, dos actos praticados pelo Conselho de Administração, que, no melhor espírito de colaboração, sempre prestou os esclarecimentos que lhe foram solicitados.

Em cumprimento do disposto na alínea a) do n.º 5 do artigo 25.º do Aviso n.º 5/2008 do Banco de Portugal, de 25 de Junho, o Conselho Fiscal emitiu o correspondente Parecer sobre a adequação e eficácia do Sistema de Controlo Interno, em base individual, preparado com o apoio técnico de uma sociedade de auditores independentes, em que, para além das melhorias recomendadas, se expressa a opinião de que os procedimentos de controlo incorporados no sistema de controlo interno como um todo, respondem de forma eficaz e adequada, em todos os aspectos materialmente relevantes, aos requisitos constantes do supracitado Aviso do Banco de Portugal.

O Conselho procedeu ainda a uma atenta análise do Relatório de gestão apresentado pelo Conselho de Administração, do Balanço em 31 de Dezembro de 2009, da Demonstração de Resultados e dos Anexos com as respectivas Notas explicativas, documentos estes que foram considerados em boa ordem.

Os trabalhos desenvolvidos pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas foram sendo acompanhados ao longo do ano, e, após análise da Certificação Legal das Contas elaborada pelo seu representante, membro deste Conselho Fiscal, expressamos a nossa concordância relativamente ao seu teor. O Conselho tomou também conhecimento do Relatório de Conclusões e Recomendações de Auditoria, elaborado pelo seu Vogal e Revisor Oficial de Contas, e por ele enviado ao Conselho de Administração, expressando igualmente a sua concordância com este documento, que fica a fazer parte integrante deste relatório.

Em resultado do exposto, o Conselho considera que os documentos acima referidos permitem, no seu conjunto, o correcto entendimento da situação financeira da FINANGESTE – Empresa Financeira de Gestão e Desenvolvimento, S.A., em 31 de Dezembro de 2009, e dos resultados do exercício então findo, considerando também que as disposições legais e estatutárias foram respeitadas.

O Conselho expressa ainda, no âmbito da sua competência, a sua concordância relativamente às políticas contabilísticas e aos critérios valorimétricos utilizados.

A concluir, agradecemos a referência feita no Relatório de gestão à nossa actividade, assim como também acompanhamos o Conselho de Administração no reconhecimento aos Accionistas pelo seu apoio e aos Colaboradores pela sua dedicação.

Assim, o Conselho Fiscal é de

PARECER

1. Que sejam aprovados o Relatório de gestão, o Balanço, a Demonstração de Resultados e os respectivos Anexos, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009;
2. Que seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados constante do Relatório de gestão, apresentado pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 24 de Fevereiro de 2010

O CONSELHO FISCAL



Gabriel José dos Santos Fernandes, Presidente



Crisóstomo Aquino de Barros



**J.M. Almeida, Saskia Lopes & Associados, SROC, Lda.,
representada por José Manuel de Almeida – R.O.C.**